

PAULO VIANA RANDOW

**A ALMA E
A QUESTÃO DO
LIVRE ARBÍTRIO**

**VITÓRIA-ES
2004**

© by Paulo Viana Randow, 2004

Edição do Autor - Todos os direitos reservados.

Pedidos:

Internet: www.paulorandow.com.br
E-mail: astrologo@paulorandow.com.br
Tel.: (27) 99932-5791

Este livro é o resultado da monografia apresentada ao Departamento de Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Filosofia e foi aprovado em março de 2003, pela banca examinadora:
Profª Drª Cláudia Pereira do Carmo Murta - Orientadora
Prof. Dr. José Pedro Luchi
Prof. Dr. Jorge Augusto dos Santos

Capa: Foto de obra de arte de Caio Cesar Pinheiro Randow

Arte e Diagramação: Paulo Viana Randow

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R195a Randow, Paulo Viana, 1963 –
A alma e a questão do livre arbítrio / Paulo Viana Randow. – Vitória :
[s.n.], 2004.
100 p.

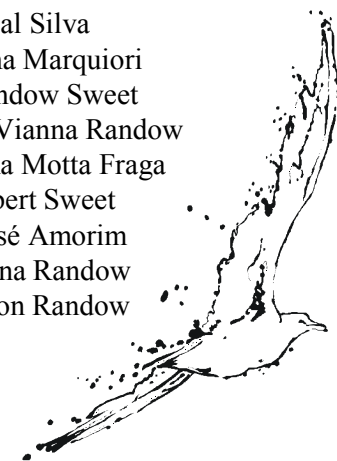
Inclui bibliografia.

1. Shopenhauer, Arthur, 1788-1860. 2. Livre arbítrio e determinismo. 3. Alma e corpo (Filosofia). 4. Astrologia. I. Título.

CDU: 123

Agradecimento aos que ajudaram na realização desta obra

Abigail Randow Amorim
Adenete Emilia Miranda
Alcione Moço da Silva
Alexandre Viana Randow
Antônio Carlos Campos Barroso
Ary Barbosa Bastos
Danielle Leal Xavier Pinto
Estevão Viana Randow
Gilson Pacheco da Costa
José Alfredo Ferrari
José Ignácio Ferreira
Júlio Cesar Martins da Silva
June Fundão da Costa
Geisa Leal Silva
Márcia Helena Marquiori
Margaret Randow Sweet
Maria da Penha Vianna Randow
Maria de Fátima Motta Fraga
Martin Robert Sweet
Maurílio José Amorim
Roberto Viana Randow
Sebastião won Randow



À minha mãe, que me deu a vida e me nutriu dos melhores cuidados.

Ao meu pai, que desde a minha infância, em nossos diálogos, me preparava, sem perceber, para ser filósofo.

Ao filósofo e amigo Carlo Bússola, que me indicou o caminho da filosofia para realização de meus objetivos.

Aos meus filhos Adhara e Caio César, que me olhando com admiração, estimularam a mais esta conquista.

Deus me deu asas, meus amigos me empurraram do penhasco para que eu acreditasse que podia voar.

Paulo Randow

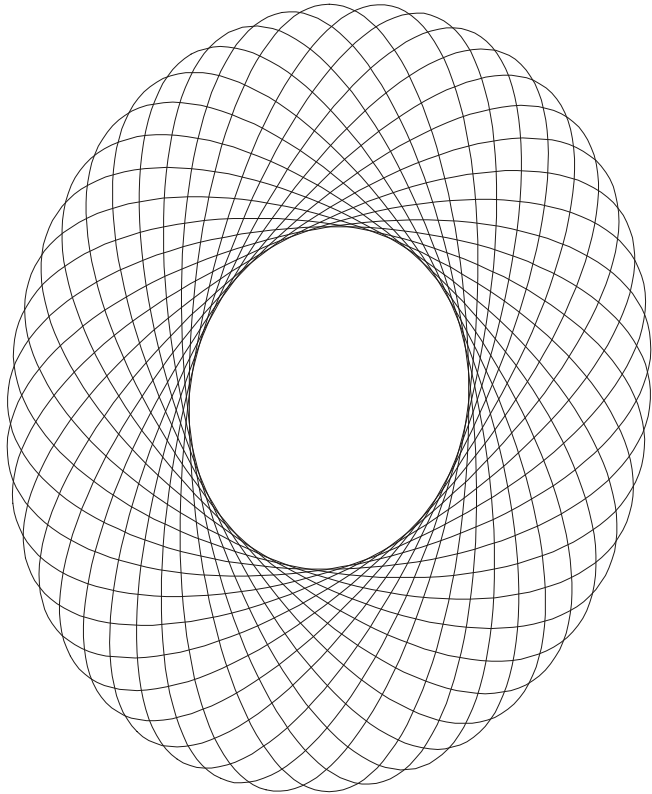
Sumário

Prefácio	13
Introdução	17
Da Metafísica de Aristóteles	21
Da Liberdade	29
Da Liberdade da Consciência	37
Da Relação entre Vontade e Consciência	41
Da Vontade Diante da Percepção Exterior	49
Da Liberdade da Vontade	61
Conclusão	71
Pós-Escrito	79
Entre o Microcosmo e o Macrocosmo	85
A Cobra Mordendo o Rabo	89
Referências	91
Anexos	93
Arthur Schopenhauer	93
Aristóteles	101
A Pobreza da Filosofia	103

“Seja feita a Vossa vontade, assim na Terra, como no céu.”

Jesus Cristo

Prefácio



O tema livre arbítrio é avaliado nesta obra com base no tratado de Schopenhauer, cujo pensamento foi profundamente influenciado pela metafísica de Aristóteles, considerado um dos fundadores da filosofia. Em sua obra intitulada O Livre Arbítrio, Schopenhauer descortinou gradativamente o conceito de liberdade em todas as suas facetas, desde a sua forma mais imediata que é a ausência de impedimentos físicos, até a sua forma mais complexa que é a ausência de impedimentos morais. No auge de sua análise, conclui que o conceito de liberdade pode ser fruto da capacidade inteligível da consciência humana, que cria a ilusão de liberdade pela possibilidade de formular desejos variados diante de uma situação, acreditando que pode escolher um deles para que se torne resolução e, conseqüentemente, ação. Ou seja, a possibilidade de pensar várias hipóteses de continuidade de uma situação, induz o intelecto humano a acreditar que todas as possibilidades pensadas poderiam ter ocorrido, porém, somente a efetiva continuidade dos fatos é que irá revelar ao intelecto o que realmente aconteceu.

Todo acontecimento ocorre devido a um motivo, estimulador da ação. O fato deste parágrafo estar sendo lido neste momento, se deve a vários motivos que levaram a está ação de leitura. Será possível você lembrar os motivos que o fizeram chegar até este parágrafo?

A faculdade de memorização da consciência humana é considerada como sendo o instrumento do intelecto para construção de desejos, mas os desejos são motivos inteligíveis e se juntam aos motivos sensíveis, que a vontade dispõe para escolher.

Dos motivos que o fizeram chegar até a leitura destas linhas, quais foram os motivos sensíveis, ou seja, percebidos pelos órgãos dos sentidos, e quais foram os motivos inteligíveis, ou seja, os que foram construídos pela faculdade de memória. E para irmos além, quais os motivos que o impelem a continuar ou a interromper a leitura?

Mas a vontade é livre para escolher? Para responder a esta questão será procurado um fio condutor que indique que a vontade segue uma organização própria, chegando à conclusão que o caráter é esse elemento procurado. O caráter é indicado como sendo a própria essência do indivíduo, e considerado imutável, eterno, invariável.

De forma consistente e lógica, argumentos que defendem a existência do livre arbítrio vão sendo analisados e perdem sua validade, fazendo com que o leitor perceba que a liberdade, que antes estava tão evidente, se torne cada vez mais ilusória, até que só reste a possibilidade da pura necessidade das ações. Em um passo mais ousado, apresenta o autor alemão sua convicção da possibilidade de previsão de fatos futuros e para corroborar com esta convicção, é apresentado exemplo da possibilidade de previsão do futuro através de fatos recentes, com base no que foi registrado pela Astróloga e Doutora em Psicologia Liz Greene, natural da Inglaterra, em seu livro “Os Planetas Exteriores e seus Ciclos”, onde relata sua previsão sobre o fim da União das Repúblicas Soviéticas, 11 anos antes de sua ocorrência.

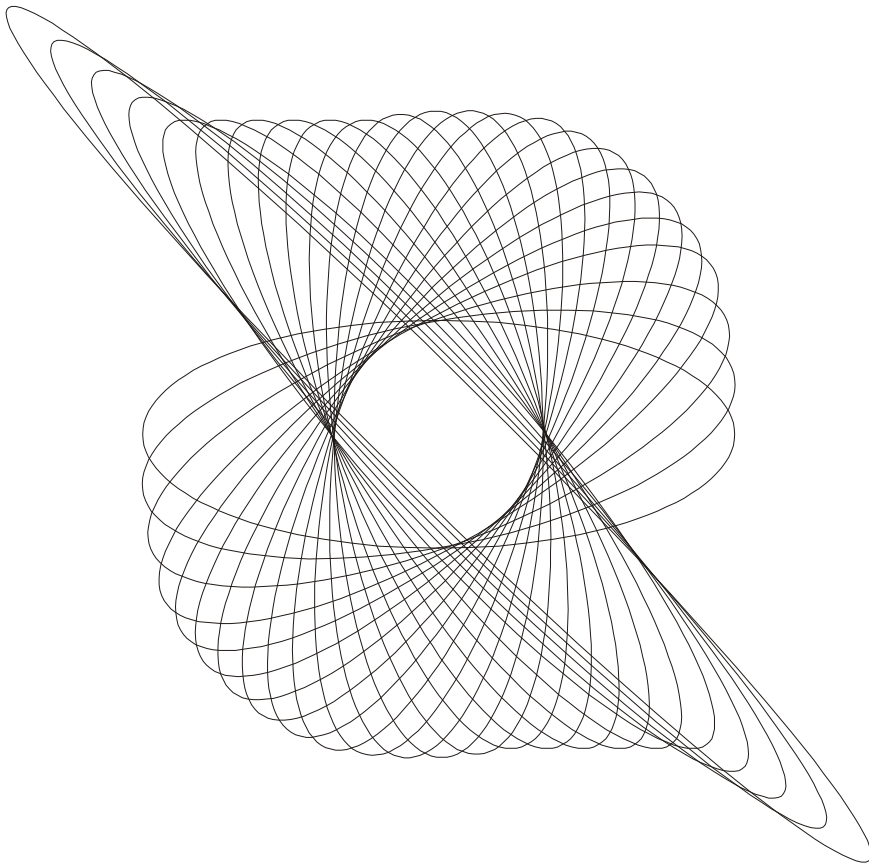
Mas podemos dizer que o livre arbítrio não existe? Não, apenas desejamos afirmar que o intelecto não pode afirmar sua existência, apenas sua inexistência, o que fará o leitor repensar seus discursos e os discursos dos outros. Desta forma, desejamos provocar uma visão nova a respeito da realidade, permitindo-nos exercitar o pensamento em busca de explicações racionais que transcendam a lógica atual e nos permitam experimentar novos horizontes para o conhecimento humano, ao invés de sermos envolvidos por uma lógica errônea que nos leva ao entorpecimento de nossa razão.

Santa Teresinha do Menino Jesus, nascida em 1873 em Alençon, na França, entrou para o claustro antes de completar 15 anos, e morreu aos 24 anos vítima de tuberculose. Em suas reflexões durante sua curta vida, chegou ela a conclusão que Deus, como onipotente, onipresente e onisciente, sabia tudo que iria acontecer e, portanto, não poderia haver livre arbítrio. Entre aceitar que Deus sabe o futuro e aceitar que Deus não sabe o futuro, nos dando o livre arbítrio, preferiu ela a opção de que Deus é conhecedor de todos os atos e ações em todo e qualquer tempo, e que era para ela uma bênção se deixar levar para a experimentação do plano de Deus, como uma aventura do ser que não pode conceber com precisão o que experimentará no próximo segundo, mas que, aceitando a continuidade como ordem estabelecida pelo Criador, entrega sua vida, sem angústia, como participante da Criação.

Após vários anos analisando mapas astrológicos, percebendo a ordem com que todos os acontecimentos ocorriam na vida de seus clientes, amigos, parentes e em sua própria vida, chegou o autor deste livro em 1988 a conclusão de que a ordem era a própria ação do Criador, e portanto, dedicou-se a buscar fundamentação para suas conclusões.

Até então não conhecia os escritos de Santa Teresinha, o tratado de Schopenhauer e os pensamentos de Aristóteles, mas esses e outros estudos colaboraram para a consolidação de seu pensamento, apresentado ao leitor nesta obra.

Introdução



Abordar o tema da alma e o tema livre arbítrio é uma tarefa laboriosa para uma dissertação de filosofia, visto que estes dois temas são intrínsecos, ou seja, analisar qualquer um deles significa ter que analisar o outro.

Estes temas já foram dissertados por dezenas de filósofos, e nem por isso esgotados, já que a compreensão do assunto leva a conclusões um tanto quanto impossíveis de se comprovar, pois esbarram na esfera metafísica¹, onde os conceitos de “liberdade”, “vontade”, “consciência”, entre outros, são necessários para que uma dissertação desta envergadura possa ter validade dentro do padrão de organização do discurso que exige a Filosofia. Mas há um conceito que fizemos questão de não citar na frase anterior, e que irá nortear esta dissertação: o “tempo”.

Um dos conceitos mais importantes para iniciarmos é a definição do que é alma, e para isso recorreremos ao texto de Aristóteles² “De Anima”³, no seu Livro Terceiro, Capítulo Primeiro, onde se dedica a explicar o que entende por Alma.

Para Aristóteles a alma é o princípio da vida e é simples por si só, porém, ela realiza funções distintas, indicadas por ele como: vegetativa, sensitiva, intelectual, apetitiva e locomotiva; desde que o corpo possua uma ordenação que permita haver um fluxo de energia, assim como

¹ O que está para além da física.

² Anexo – Biografia de Aristóteles.

³ JIMÉNEZ, E. V., CASTAÑEDA, R. C., RODRIGUEZ, J. F. **Aristóteles “De Anima”**: Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de la Costa. Campus Puerto Vallarta. Disponível em: <<http://www.cuc.udg.mx/psicologia/DeAnima/deanima.html>>. Acesso em: 20 mar. 2003.

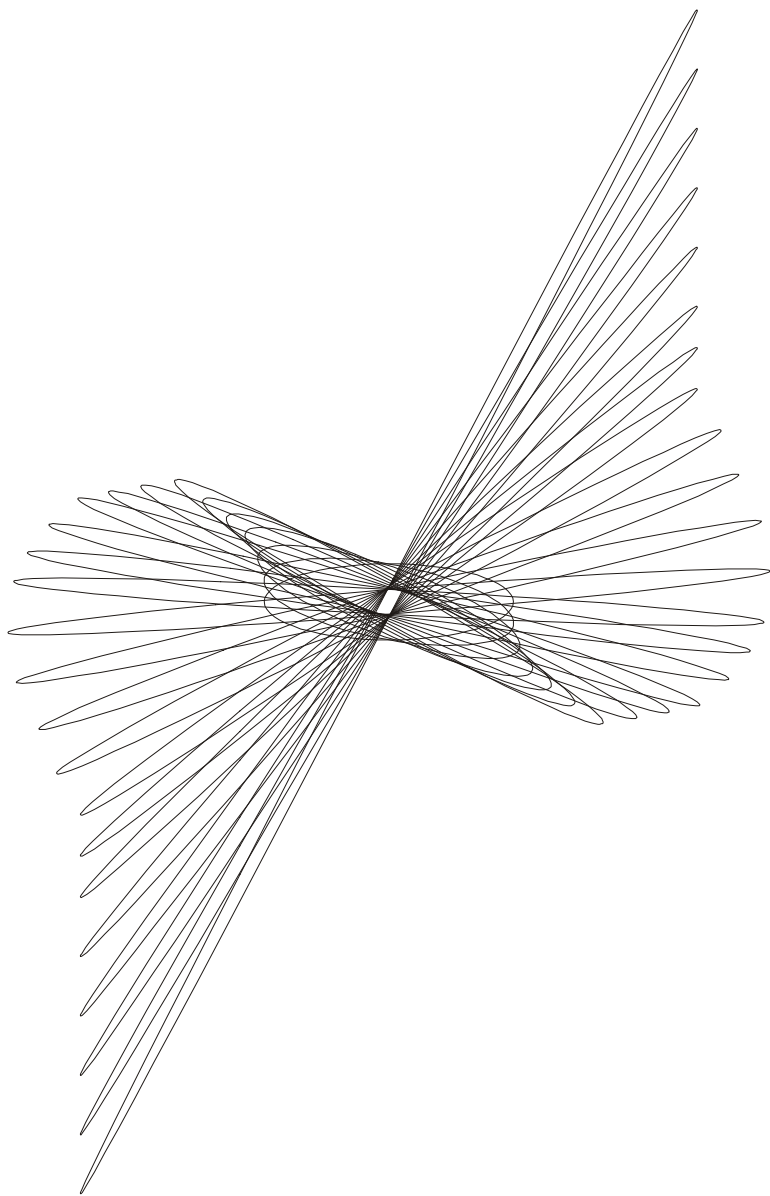
que um calor, que não é especificamente como o gerado pelo fogo, mas de uma categoria mais sutil. A presença da alma não é exclusividade do corpo humano, estando presente também nos corpos de todos os seres vivos. A alma deve então ser entendida como um princípio de vida, como a fonte das atividades próprias de cada ser vivo, que, por possuírem diferentes estruturas, devido a organização própria de cada corpo, possuem diferentes capacidades.

A alma aristotélica não deve ser confundida como um espírito, tal como nas tradições religiosas, nem como um objeto possível de ser identificado e manipulado, como é próprio dos objetos materiais. Antes, porém, deve ser entendida como a fonte que anima os corpos animais, parecendo que habita seu interior, mas que não pode ser identificada como presente em um órgão específico, caso contrário, haveria a possibilidade de retirarmos este órgão da estrutura corporal de um animal, a cuja alma ele estaria ligado, e minar o fluxo de vida. Mas, o que nos mostra a experiência médica, é que podemos retirar órgãos de um corpo e ainda mantê-lo com funções vitais, como vários experimentos que já foram realizados, inclusive o de manter um corpo impossibilitado de desenvolver a capacidade intelectual, realizando outras capacidades: vegetativa, sensitiva, apetitiva e locomotiva.

Também já foi observado pela experiência médica, que há a possibilidade de substituir um órgão biológico por equipamentos, responsáveis por imitar a função específica do mesmo, permanecendo o corpo do animal com o fluxo de vida e capacidades específicas da alma. Não tem sido pequeno o esforço de cientistas em desenvolver sofisticados aparelhos com a finalidade de salvar vidas humanas, substituindo órgãos naturais defeituosos, ou fora de organização necessária ao fluxo vital, por órgãos artificiais de apoio ao restante do corpo. Isso não garante, no entanto, que sabemos que a alma não se liga diretamente a um órgão do corpo do animal, pois há muito que descobriremos sobre glândulas como a pineal e a pituitária, já que suas funções ainda são parcialmente desconhecidas pela ciência médica e

poucos experimentos foram realizados para a descoberta total de suas funções. No entanto, parece que o corpo precisa manter uma organização mínima para que a alma possa continuar sua interação a qual denominamos vida.

Antes de avançarmos em nosso tema é importante salientar que Arthur Schopenhauer, que irá nortear nosso raciocínio na questão do livre arbítrio, fundamentou grande parte de seu pensamento filosófico nos textos clássicos de Aristóteles, e em vários argumentos utilizou conceitos aristotélicos: causa, matéria, ato, potência, necessário, contingente, intelecto ativo e intelecto passivo. Portanto, é importante uma explanação sobre o saber aristotélico antes de avançarmos em nossa investigação a cerca da liberdade da alma.



Da Metafísica de Aristóteles

Aristóteles distinguiu as ciências em três grandes ramos: as ciências teoréticas, as ciências práticas e as ciências poiéticas. A primeira é considerada a mais elevada pois busca o saber pelo saber, e incluem a metafísica, a física e a matemática, já a segunda indica o conhecimento que busca o aperfeiçoamento moral e a terceira constitui o saber que permite a produção, o fazer.

Para esta dissertação, vamos nos ocupar dos conceitos aristotélicos que influenciaram fortemente o pensamento de Schopenhauer, que pertencem à classificação das ciências teoréticas: a metafísica. Aristóteles chamou esta ciência de Filosofia Primeira, que veio a ser classificada posteriormente como metafísica⁴, que estuda o extraordinário, ou seja, o que está para além da física que estuda o ordinário. Ele definiu pelo menos quatro pontos fundamentais para esta ciência:

- A Filosofia Primeira indaga as causas e os princípios primeiros ou supremos;
- A Filosofia Primeira indaga o ser enquanto ser;
- A Filosofia Primeira indaga a substância;
- A Filosofia Primeira é filosofia teológica, ou seja, indaga Deus e a substância supra-sensível.

Ao afirmar que a metafísica é a busca das causas e dos princípios primeiros, identifica-se Aristóteles com a busca dos pensadores precedentes, de Tales a Platão⁵.

⁴ O termo "metafísica" não foi utilizado por Aristóteles, mas pelos seus seguidores. Ou foi utilizados pelos peripatéticos ou surgiu por ocasião da edição de suas obras feitas por Andrônico de Rodes, no século I a.C.

⁵ REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**: II. Platão a Aristóteles. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994, p. 336.

Ao afirmar que a metafísica tem seu foco no ser enquanto ser, ele define que o objeto de estudo é próprio, englobando todos os objetos de estudos das outras ciências, sem com isso fixar-se em um deles. O ser enquanto ser não é um objeto concreto, palpável ou diagnosticável, mas o que faz com que possa existir objetos concretos, palpáveis ou diagnosticáveis. Ao pensar o ser, a metafísica tem um objetivo bem definido, sem definir nenhum objetivo coincidente com o de outra ciência. O ser enquanto substância (*ousía*) sem definição de gênero, ou seja, sem se preocupar com um gênero específico, mas com a essência que permite os gêneros existirem.

Quando ele afirma que a metafísica se dedica ao princípio primeiro de todas as ciências, ele observa que as demais ciências não se dedicam ao estudo da origem primordial dos objetos de seus estudos, que o foco das outras ciências está na manifestação do objeto de estudo, procurando definir o que ele é, já a metafísica busca entender o que o faz ser, não interessando um ser específico, mas o que faz ser todos os seres.

Ao afirmar que a metafísica é a filosofia teológica, ele focaliza o interesse desta ciência no que não é tangível, no princípio primeiro, que chamamos de princípio divino ou Deus. Para se referenciar a este conceito Aristóteles distinguiu as substâncias segundo dois pontos de vista: a anterior (*próteron*) e a posterior (*hýsteron*). A anterior existiria antes do ser se manifestar de forma objetiva, tanto cronologicamente quanto existencialmente, ou seja, uma obra de arte já existiria em substância anterior antes que o artista a realizasse e a tornasse substância posterior. Assim, a ação realizadora seria dirigida pela substância anterior para que se manifestasse em substância posterior. Para qualquer que seja o ser: uma cidade, um grupo, uma empresa, uma família, uma árvore, um animal, um rio, um planeta, uma estrela, o universo, etc; sua manifestação no real já estaria previamente manifestada no divino e imaterial.

Aristóteles definiu o objeto de estudos da metafísica como sendo

o ser enquanto substância (*ousía*). Portanto, para isto, devemos entender do que se trata esta substância. Segundo ele, teremos que compreender a substância sob três diferentes focos de compreensão: a) a substância como *arkhé*, o fundamento da realidade e do conhecimento, ou seja, o princípio que permite a existência de seres, a manifestação dos seres e a compreensão do que nos permite o entendimento da existência dos seres; b) a substância como causa ou *aitía*, ou seja, aquilo ou aquele que é responsável pela existência de alguma coisa; c) a substância como *hypokeímenon*, ou seja, como suporte de qualidades com que um ser vem a se manifestar, tudo de que poderá ser atribuído do ser, seus predicados ou qualidades ou propriedades. Assim a substância como *hypokeímenon* não se refere ao ser em si, mas ao suporte abstrato que permite o ser existir com os seus atributos.

Aristóteles desenvolveu a idéia de *aitía* como aquilo que é responsável pela existência do ser. A causa como motivo ou razão que se responsabiliza pela manifestação de alguma coisa. Existem quatro conceitos do que seja causa ou *aitía*:

- A causa formal, como sendo o que permite a manifestação da forma do ser;
- A causa material, como sendo o que permite a constituição material do ser;
- A causa motriz ou eficiente, como sendo o que produz a presença de uma forma na matéria;
- A causa final, como sendo o fim que faz a coisa existir e ser tal como ela é, ou seja, o ser manifestado como ser.

Portanto é necessário perguntar: Qual é o objeto da metafísica? É o conhecimento da substância como fundamento (*arkhé*), causa (*aitía*) e substrato (*hypokeímenon*) que faz existir as essências singulares, os seres.

Analisando os conceitos que Aristóteles nos apresenta para a definição da ciência metafísica, será necessário compreendermos as

possibilidades de existência de substâncias em três tipos:

- A Matéria Pura, aquela totalmente desprovida de forma, qualidades, propriedades ou predicados.
- A Forma Pura, aquela que é totalmente determinada, que possui eterna e imutavelmente as mesmas qualidades, atributos ou propriedades.
- O Mundo Sensível, que é composto de matéria e forma, e que está em constante mutação, sofrendo as influências do devir.

Encontramos uma hierarquia definida por Aristóteles que nos mostra a influência que o pensamento Platônico³ teve sobre ele.

Segundo sua visão, as substâncias são hierarquizadas: da matéria pura, sem forma, até a matéria mais perfeita, a forma pura. Entre a imperfeição absoluta do que não tem forma e a perfeição absoluta do que só possui forma, se encontram os seres compostos de matéria e forma, em constante mutação e também hierarquizados, indo dos mais materiais, que possuem poucos atributos ou propriedades, aos mais formais, que possuem mais atributos ou qualidades e são mais determinados.

Quanto menor a hierarquia, mais o ser estará sujeito às ações do devir, se transformando mais intensamente, e quanto maior a hierarquia, menos estará sujeito as transformações produzidas pelo devir.

Desta forma Aristóteles organiza a substância em três grandes esferas de realidades:

- O Mundo Sublunar, que é o mundo dos seres compostos de matéria e forma;
- O Mundo Celeste, que é o mundo dos seres compostos de matéria muito sutil, incorruptível e de forma quase perfeita;
- O Primeiro Motor Imóvel, a forma pura, sem matéria.

A Matéria Pura e a Forma Pura são conceitos, portanto não existem, servem apenas para que possamos compreender a realidade.

Só existe substância manifestada na matéria e na forma, possuindo atributos como: leve, pesado, liso, rugoso, côncavo, convexo, alto, baixo, fino, largo, etc.

Cada substância individual, manifestada como um ser com atributos específicos, constituído de matéria e forma, é chamado de Matéria Segunda. Aristóteles a chamou de princípio de individuação dos seres, ou seja, o indivíduo surge quando sua forma determinada é inserida na matéria segunda, dando existência aos atributos do ser. A matéria é o princípio de individuação dos seres e a forma é o princípio de especificação, diferenciação, dos seres. Se a matéria é a causa material dos seres, ou seja, daquilo de que os seres são feitos, e a forma é o que define o que o ser é, sua espécie e sua diferenciação, é importante perguntar: Como se dá a modificação da forma na matéria? Qual a causa da modificação e sua finalidade? Para responder a estas perguntas Aristóteles definiu o princípio de mudança, o devir, como possuindo duas formas de interação: o ato e a potência.

Segundo Aristóteles a forma é imutável e os seres passam de uma forma para outra, ou seja: a fecundação do ser humano tem na forma imutável o embrião. Cada etapa de evolução do embrião tem a sua forma própria, e imutável, e o ser se modifica ao assumir uma nova forma abandonando a anterior, até se transformar na forma do feto, seguindo para o bebê, a criança, o jovem, o adulto, o velho, e a decomposição após a morte. Cada etapa é constituída de formas imutáveis que são utilizadas pelo ser no devir, passando de uma para outra.

A causa eficiente é o que promove a mudança, mas para que ela exerça sua ação é necessário que uma outra força opere no ser. Segundo ele, a força que permite que a causa eficiente ocorra é a causa final.

A causa final é para o ser a aspiração pela perfeição da forma pura, que não muda nunca. Ou seja: todo ser aspira a imutabilidade conquistando no devir a forma pura. Portanto, a causa final atrai o ser para o seu encontro, fazendo com que o ser atravesse de forma em

⁶ Referente a Platão, pensador que fundou a academia em Atenas onde Aristóteles foi aluno e professor.

forma, para atingir finalmente a forma final, perfeita e imutável.

O ato é assim definido como a forma atual do ser, como ele se encontra na matéria, seus atributos. Chamou este conceito de *enérgeia*.

A Potência é o que o ser vai vir a ser no tempo, através do devir. Portanto o ser na matéria possui em potência a sua forma final, sua *dýnamis*, que impulsiona sua forma atual, *enérgeia*, para atravessar as formas intermediárias através do tempo.

Segundo o pensador grego, a matéria é passiva e recebe a forma atual e é atraída, “puxada”, pela causa final para atualizar sua forma potencial. Portanto, a forma é sempre um Ato, o real e atual, enquanto a matéria é sempre potência, é o possível, o que o ser poderá vir a ser. A cada momento o ser tem a realidade da sua forma e a possibilidade de sua matéria. O devir passa a ser assim um movimento de troca de formas imutáveis que o ser utiliza para sua manifestação na matéria. O devir é o movimento produzido pela causa eficiente, a *dýnamis*, que atrai o ser para atualizar sua forma, o seu ato, sua *enérgeia*. Desta forma Aristóteles afirma que o devir existe, que é necessário, que é racional, que pode ser conhecido.

Quando analisamos o devir e como ele se desenvolve, temos que pensar: o que faz o devir existir? O que produz a finalidade do devir? Para responder a estas perguntas, Aristóteles buscou definir um conceito a que chamou de Primeiro Motor que é imóvel, ou seja, não é movido por nenhuma causa. É o motor imóvel que produz a causa final, a *enteléquia*, o que produz o movimento do devir, pois é sua causa final. É o ato puro, a forma pura, que atrai a matéria potencial para se manifestar em atos, formas, produzindo o ciclo de existência do ser.

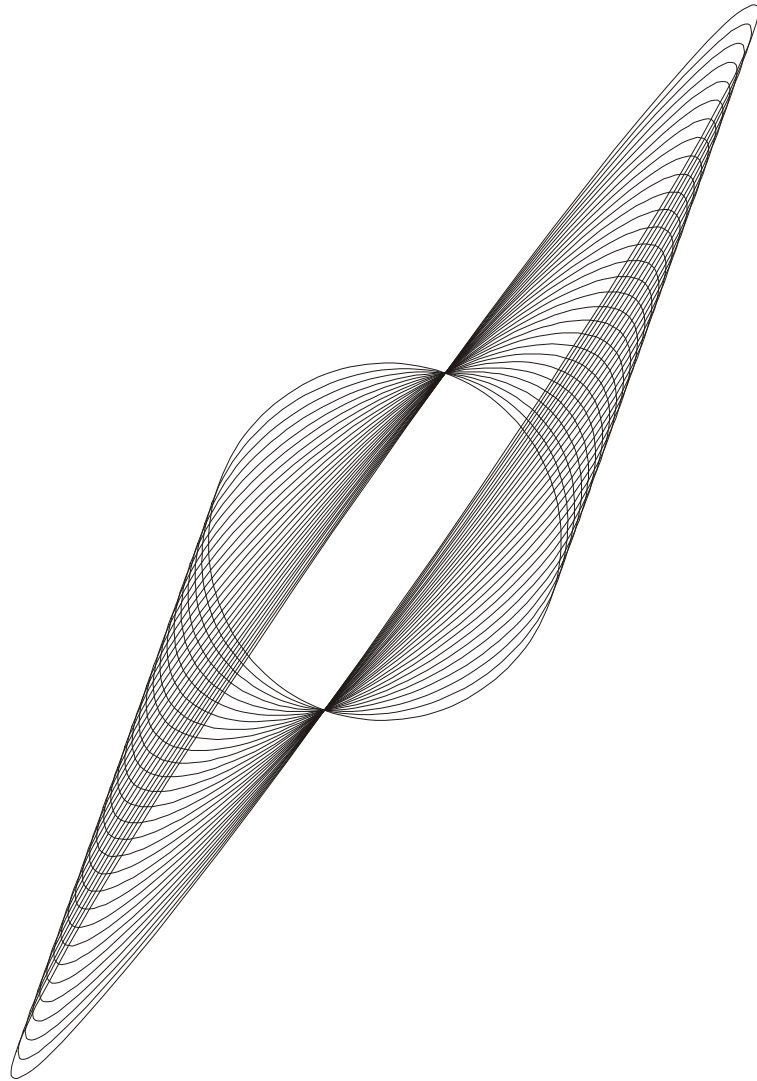
Dentro do conceito de causa, a alma, tema de nossa dissertação, é a causa formal dos animais.

Após a apresentação dos conceitos da metafísica, sendo ela a base do pensamento de Schopenhauer, seguiremos o desenvolvimento do tema desta dissertação no que se refere ao livre arbítrio. Para

desenvolver o conceito “Liberdade”, recorreremos ao tratado de Arthur Schopenhauer⁷, “O Livre Arbítrio”⁸ onde ele afirma que não se pode tratar deste conceito sem abordá-lo sob três aspectos: a liberdade física, a liberdade intelectual e a liberdade moral.

⁷ Anexo - Biografia de Arthur Schopenhauer.

⁸ SCHOPENHAUER, Arthur. **O Livre Arbítrio**. Os Grandes Clássicos da Literatura – Vol. III. São Paulo: Novo Horizonte.



Da Liberdade

Schopenhauer Aborda o conceito “Liberdade” sob três aspectos: a liberdade física, a liberdade intelectual e a liberdade moral.

Sobre a liberdade física Schopenhauer discorre afirmando consistir na ausência de qualquer obstáculo de natureza material, citando exemplos cotidianos tais como o céu livre ou desanuviado, o ar livre, o fluxo livre de um rio, quando ele não se encontra cerceado por barreiras, como montanhas ou cataratas. Desta forma, trata o conceito de liberdade física inicialmente com os elementos naturais, para em seguida elaborar suas avaliações do conceito liberdade física no que tange aos animais, indicando que neste reino em particular, o conceito de livre não se limita ao fato de que bloqueios materiais impeçam o ir e vir do animal enquanto indivíduo. Afirma-se que o animal é livre se não há impedimentos a este realizar o que sua vontade o impele à ação. Desta concepção, temos “a palavra livre como indicadora da qualidade de todo ser que se move por ato da vontade própria, não agindo senão de conformidade com esta”⁹.

Pensar na liberdade física do homem e do animal é não haver grilhões, laços ou qualquer obstáculo físico que impeçam suas atividades ou suas ações, seguindo exclusivamente a vontade própria, excluindo desta forma todas as possíveis imposições materiais que obriguem uma ação não desejada, ou seja, uma imposição externa à vontade própria que produza uma ação no indivíduo, quando o mesmo não a concebeu por si mesmo.

A vontade própria deve ser conceituada como uma ação ou atitude emanada do próprio sujeito, sendo este a única referência da origem

⁹ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 152, nota 8.

desta vontade, não obedecendo a nada mais do que esta emanção ou vontade originada, e por conseqüência, liberdade física é realizar esta ação ou atitude sem dificuldade física ou impedimentos materiais no decorrer da realização da vontade própria.

Sendo assim, a liberdade física deverá ser pensada a cada momento como a vontade própria do animal se tornando experiência e afirmação da sua realização. Ao agir por sua vontade própria, o animal é livre e confirmou a sua potência de agir, definitivamente não encontrou nenhum obstáculo que fizesse entrar sua vontade-ação.

Numa reflexão mais social, Schopenhauer associa liberdade e felicidade, indicando parecer para o senso popular que um povo é livre quando é governado por leis que emanaram de sua própria vontade, e que o homem livre é um homem feliz, por obedecer a sua vontade própria.

Quanto à liberdade intelectual, ele associa sua idéia ao conceito de Aristóteles, afirmando que esta liberdade está mais próxima da liberdade física do que da liberdade moral. Tratou desta forma associar os reflexos voluntários e involuntários do corpo como sendo da ordem do intelecto, que organiza os corpos dos seres simples e dos complexos.

No livro *De Anima*, Aristóteles descreve o que pensa sobre os poderes intelectuais da alma, parecendo por vezes inconstante. O intelecto¹⁰ é identificado como parte da alma e, portanto, incorruptível, mas também se identifica com o corpo, corruptível. Para equacionar esta dualidade, Aristóteles dividiu o intelecto em duas faculdades, uma perecível e a outra imperecível. O intelecto é a parte da alma que lhe permite conhecer e pensar, mas que também permite ao corpo se movimentar.

¹⁰ Segundo o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano, o termo intelecto é utilizado constantemente pelos filósofos em duplicidade de significado. Um deles é mais genérico e indica a faculdade de pensar em geral, enquanto o outro significado é específico e indica a particular atividade ou técnica de pensar, divididas em três maneiras: a) como intelecto intuitivo; b) como intelecto operativo; e c) como compreendente, ou inteligência.

Do que foi exposto, parece que ao aproximar o conceito de liberdade intelectual ao conceito de liberdade física, Schopenhauer indica sua interpretação do intelecto como uma função da alma dedicada ao relacionamento com o corpo, como propriamente um mecanismo de inter-relação, e sujeito as mesmas restrições a que sofre o corpo físico.

O intelecto possui a capacidade de inteligibilidade, da mesma forma que os órgãos dos sentidos tem a capacidade de sentir. Inteligível é oposto a sensível, e pode ser considerado como uma faculdade da consciência capaz de conhecer e pensar.

A terceira espécie de liberdade analisada por Schopenhauer é a liberdade moral. Afirma ele que a liberdade moral é intrinsecamente ligada à liberdade física, estabelecendo que a liberdade moral em muitas circunstâncias parece ser posterior à liberdade física, pois uma vontade quando não encontra obstáculos de natureza física pode, por motivos fortuitos, seguir em sentido oposto, quer seja por perceber algum risco possível, uma ameaça, uma promessa, e etc. Deixar de realizar uma ação potencialmente livre por algum motivo que impõe obstáculo à vontade.

Desta forma, um impedimento moral poderá agir sobre a vontade criando um motivo antagônico com uma força suficiente para que, mesmo sem haver qualquer impedimento de natureza física, a vontade não se realize em ato, o que, em princípio, sentiu-se potencializada a realizar.

É natural que todos possam concordar que um impedimento moral não se vence com uma força física, pois não se insere a moral no campo dos obstáculos de natureza física, mas um motivo de ordem íntima que pode impedir que a vontade seja transformada em ato.

Também sabemos que circunstâncias externas podem querer obrigar o indivíduo a realizar uma ação contra sua vontade, e animado

por uma força íntima extremamente forte, se nega a realizar o que as forças externas o obrigam, a ponto de colocar em risco sua própria vida, vencendo também com sua força moral, o mais primitivo e determinante instinto animal da autopreservação e do amor à vida.

Sabemos também de casos em que um motivo pode conduzir a vontade a vencer o próprio medo da morte, levando o indivíduo a cometer suicídio, motivo este que pode ser gerado por circunstâncias variadas, desde o medo de sofrer moralmente com a consequência de seus atos recentes, ou atos passados revelados, como também por um devotamento religioso ou por amor a alguém a qual deseja preservar a vida, e sua razão acredita que ele precisará se entregar à morte para que a pessoa amada sobreviva, além de inúmeros motivos que possam vir a produzir o fortalecimento da aniquilação da própria vida em detrimento do instinto de sobrevivência.

Não desejamos neste estudo discorrer sobre a construção da moral, ou seja, de pesquisar sobre as formas diferentes de moral e de como ela pode estar ligada à cultura de cada indivíduo, a sua família e a sua experiência vivida. Apenas desejamos considerá-la como uma força não física, que em algumas circunstâncias, exerce sobre a vontade restrições a motivos que podem ser realizados por não haver obstáculos físicos, impedindo suas realizações.

Todos os argumentos apresentados convergem para a conclusão de que a liberdade moral é um dos fatores mais determinantes para que um motivo, que surja na vontade de um indivíduo, possa ser transformado em realização, ou ato. Porém, ainda podemos levantar a questão da liberdade sobre um prisma ainda mais difícil de elucidar, repetindo a pergunta de Schopenhauer: “A vontade, em si mesma, é livre?”¹¹.

A nova questão nos impele a investigar racionalmente duas proposições: 1ª - a vontade pode querer; 2ª - o que a vontade quer

emerge de outra raiz. Transformando as proposições em questionamento, temos: a vontade é livre para querer? “O querer é livre?”¹².

Uma frase conceitual pode nos dar um panorama de como o senso comum retrata a liberdade: “Eu sou livre, desde que possa fazer aquilo que quero”¹³. Ao afirmar isto, o senso comum se posiciona como sendo o ser humano capaz de agir conforme sua própria vontade, realizando todos os atos que seu querer motivar, quando motivos contraditórios a este querer estiverem ausentes, e não houver obstáculos morais a reagir contra o impulso de ação deste querer. Mas o que produz o querer? De onde surge a escolha de realizar um motivo em detrimento de outro?

Continuar esta investigação é o propósito deste trabalho e utilizando o tratado de Schopenhauer como bússola, devemos continuar a sermos levados pelo autor natural da antiga Prússia, como uma criança que é conduzida pela mão do adulto até que possa seguir seu caminho com segurança.

Neste ponto, estamos conscientes de que a liberdade da vontade, num primeiro mergulho de investigação, deve estar desimpedida de qualquer força necessitante, quer seja de ordem física, intelectual ou moral. Precisaremos investigar a necessidade do querer, ou seja, se é necessário que a vontade deseje um motivo, ou se o querer é imposto à vontade por uma espécie de força interior a ela, que a induza a escolher um motivo que não esteja vinculado a outro, que a induza a preferir este em detrimento daquele, pois se houver um motivo induzindo o surgimento do motivo escolhido, será este último necessário, e não constituirá, portanto, um motivo livre. Precisamos focalizar no motivo originário, supondo que não haja necessidade de que a vontade o eleja.

¹¹ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 156, nota 8.

¹² SCHOPENHAUER, op. cit., p. 156, nota 8.

¹³ Ibid.

Estamos diante de outra fundamentação aristotélica: *necessário*¹⁴, oposto a *contingente*; tratado em seu livro “Organon”¹⁵.

Exemplos de necessidade poderão ser encontrados na matemática, na física e em outras ciências, como é o caso do triângulo, que possuindo os três lados iguais tem por necessidade que possuir os três ângulos também iguais, ou de um corpo em movimento constante que necessariamente possui nula a resultante das forças que atuam sobre ele. Desta forma, uma razão suficiente é sempre produtora de uma consequência.

Schopenhauer propõe uma definição para o termo *necessário* de uma maneira muito contundente, acreditando ter postulado uma definição do conceito de forma “completa e verdadeira”¹⁶, como ele mesmo afirma. Sua definição para *necessário* é esta: “Entende-se por *necessário* tudo aquilo que resulta de dada razão suficiente”¹⁷, afirma também que uma definição justa pode ser invertida, portanto, entende-se por *desnecessário* tudo aquilo que *não* resulta de uma razão suficiente.

A negação da *necessidade* é a *contingência*, e como a contingência não depende de uma ação suficiente, isso significa que a contingência é sempre relativa, pode ou não ocorrer em função de condições variadas, relacionadas ao acaso.

Associando a idéia de contingente ao princípio de liberdade da vontade humana individual, teremos que afirmar que ela, a vontade,

¹⁴ Dos dicionários da Língua Portuguesa extraímos:

Necessário - Que não pode deixar de ser ou de se fazer; Essencial, indispensável; Inevitável; Subsistente por si mesmo (oposto a contingente); Preciso, conveniente; Oportuno, proveitoso, útil; O indispensável, o que é preciso.

Do Dicionário de Filosofia, de Walter Brugger, encontramos o termo *Necessidade* com a seguinte descrição:

Necessário é o que não pode ser de outra maneira ou aquilo cuja contradição é impossível. A necessidade inclui a possibilidade. Opõe-se contraditoriamente à contingência em sentido de lato (possibilidade de não ser) e contrariamente à impossibilidade.

¹⁵ ARISTÓTELES. **Organon**: periérmeneias. Ed. Guimarães, Coleção filosofia e ensaios.

¹⁶ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 158, nota 8.

¹⁷ Ibid.

não é determinada por qualquer motivo ou razão de qualquer espécie, tornando-se absolutamente desnecessária qualquer ação, visto que não seria livre se fosse constrangida por alguma necessidade. Schopenhauer corrobora sua análise da liberdade citando Kant, “o poder de começar *por si mesmo* uma série de modificações”¹⁸. “Por si mesmo” significa que não há causa antecedente, ou seja, sem necessidade. Portanto, concluímos que a *vontade livre* significa que todo e qualquer motivo que surja com a intenção de colocar uma potencialidade em ação deve estar livre de qualquer outro motivo precedente ou por outra razão ou causa.

Se uma pessoa acordar com vontade de saborear um mamão com mel, estando as condições possíveis para esta realização ou não, será livre esta vontade se não houver nenhuma causa ou motivo precedente, nenhum hábito ou condicionamento, nenhuma indução a sua vontade. Acordar com vontade de saborear mamão com mel não pode ser consequência de uma lembrança de um hábito da infância onde a mãe carinhosamente preparava mamão com mel antes do despertar, ou de um sonho durante a noite onde o indivíduo se via banquetear um saboroso mamão com mel. Somente será a vontade livre, se o motivo que surgir for desnecessário e não originar de qualquer outro motivo.

Para culminar sua avaliação sobre a liberdade, o autor de “O Livre Arbítrio” designa o conceito “Liberdade de Indiferença (*iberum arbitrium indifferentiae*)”¹⁹ para definir que um indivíduo colocado sob circunstâncias e condições determinadas em relação a si mesmo terá que poder agir de duas formas completamente opostas, para que desfrute da sua liberdade de indiferença.

Para continuarmos na investigação do livre arbítrio, precisaremos analisar outro conceito pertinente ao tema: a consciência.

¹⁸ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 159, nota 8.

¹⁹ Ibid., p. 161.

Da Liberdade da Consciência

O que se entende por consciência? Schopenhauer responde a esta pergunta como sendo a percepção direta e imediata do indivíduo, em oposição à percepção dos objetos exteriores, ou seja, percebendo os objetos exteriores o indivíduo percebe que há uma entidade que percebe, que pode ser denominada “eu”, capaz de obter conhecimentos da experiência externa pelos órgãos dos sentidos participantes de seu corpo, e que estes conhecimentos podem ser utilizados pela consciência para obter compreensões que independem da experiência, mas que são obtidas dela, ou seja, as associações entre uma causa e um efeito não é um dado da experiência, mas uma organização das impressões obtidas pelos sentidos, associadas pela consciência de modo a compreender os acontecimentos no espaço e no tempo. Ou seja, a consciência é capaz de experimentar o exterior e formular conceitos como tempo, espaço e causa, e ainda mais, perceber a si própria como entidade compreendedora. De fato, é da percepção exterior e da faculdade de concatenar esta percepção que a consciência conceitua sobre sua própria existência, ao que chamamos consciência interior.

Precisaremos investigar se a consciência interior é livre ou se ela é condicionada, quer seja por fatores a que chamamos consciência moral, ou pela consciência psicológica, ou outra fonte de influência.

Se a consciência exterior for considerada o caminho mais abrangente para que a consciência interior seja alcançada, estaremos obrigados a afirmar que o *não-eu* é preponderante na constituição ou tomada de consciência do *eu*. Assim sendo, as disposições da realidade forma “o teatro dos objetos do mundo exterior”²⁰, permanecendo a

²⁰ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 162, nota 8.

consciência interior aparentemente passiva ao receber as impressões que reunirá para construir o conhecimento, podendo associá-los (os conhecimentos) indefinidamente, combiná-los e conceituá-los, organizando-os na forma de pensamentos com a ajuda da linguagem. O conhecimento da linguagem também parece ser adquirido através da consciência exterior.

Devemos analisar o fato de que poderá a consciência exterior ser condicionada pela consciência interior, fazendo com que a predisponha a receber informações da realidade de forma distorcida, ou até mesmo convertida ao seu oposto, como podemos perceber em situações que nos levam a focalizar a consciência exterior para obter certas informações da realidade, só nos satisfazendo quando encontramos a percepção desejada, deixando de perceber outras manifestações da realidade. Quando um outro padrão de compreensão é alcançado, somos capazes de receber os estímulos da realidade objetiva e armazenar na consciência interior, em forma de conhecimento, aquilo que não éramos capazes de perceber. Mas também neste caso, podemos afirmar que nos encontramos em outro condicionamento, que pode ser moral, psicológico, cultural, e até mesmo, filosófico, ou seja, o indivíduo está arraigado a certa linha de raciocínio filosófico a qual julga ser necessária, e acaba por impedir que novos estímulos, que não partam de sua lógica preferida, sejam observados e utilizados na organização de seu raciocínio filosófico.

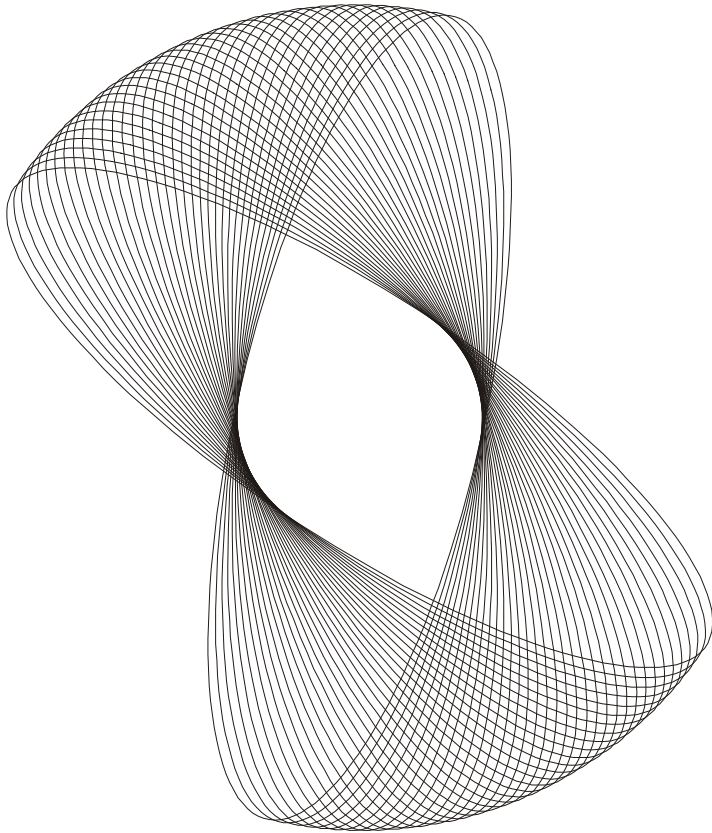
Do condicionamento moral podemos afirmar que, sempre que em nossa consciência surgir um motivo pelo qual somos conduzidos a agir para que se cumpra uma condição de dever, não estará a consciência livre. Do condicionamento psicológico podemos afirmar que, sempre que em nossa consciência surgir um motivo que nos induza a atração ou a repulsão, fazendo-nos preferir esta ou aquela ação por desejarmos repetir uma experiência de prazer, ou fazendo-nos evitar esta ou aquela ação por não desejarmos repetir uma experiência de dor, não estará a consciência livre. Podemos então compreender que

a consciência e a vontade devem se situar na faculdade do ser de forma distinta, não dependendo obrigatoriamente da vontade a consciência da realidade, ou seja, a percepção com a qual a consciência apreende as informações das sensações dos objetos do mundo exterior não depende objetivamente da vontade.

Neste ponto do estudo, defrontamos com uma importante avaliação a ser feita para melhor compreensão dos conceitos anteriormente analisados, que é a relação entre vontade e consciência, tratado por Schopenhauer num capítulo específico, chamado “A Vontade Diante da Consciência”²¹.

²¹ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 167, nota 8.

Da Relação entre Vontade e Consciência



Qual é a relação entre vontade e consciência?

Quando uma vontade surge na consciência de um homem, sempre designa uma vontade voltada para o exterior, ou seja, para um objeto. O que significa que é necessário que o objeto esteja no conhecimento do sujeito, caso contrário, não poderia este desejar o que não conhece. Assim, podemos afirmar que a consciência teve como estímulo do seu desejar uma percepção exterior, algum objeto do domínio do *não-eu*, o que resulta de podermos afirmar que o motivo é a causa excitadora e também a matéria da vontade (do conceito de causa material de Aristóteles).

Não podemos afirmar que nossa consciência esteja livre de influência na percepção dos motivos, visto que ainda não concluímos se a consciência é totalmente livre para obter compreensão das impressões oriundas do exterior, pois estamos sujeitos a aceitar ou repelir suas argumentações, caso estejam elas coerentes ou não com a linha de raciocínio filosófico por nós adotada ao iniciarmos a investigação do tema desta dissertação.

Poderia a vontade ser gerada sem que um motivo exterior lhe excitasse? A esta pergunta Schopenhauer responde que a vontade não teria como se manifestar, visto que é o motivo que, estimulando a consciência, propondo-se a modificá-la, impulsiona a reação do sujeito produzindo uma vontade, quer seja de atração ou de repulsão ao mesmo. Disto decorre a seguinte pergunta: estando um motivo presente no intelecto de um homem, deve ou não a vontade produzir-se necessariamente? E ainda: em presença de um motivo idêntico, pode

a vontade de um mesmo homem ser diferente e até mesmo completamente oposta?

Vamos concentrar a análise nestas duas questões para encontrarmos respostas lógicas e convincentes a um trabalho acadêmico. A saber: a vontade é provocada necessariamente pelo motivo? A vontade, quando tomamos consciência do motivo, pode ter a liberdade de querer ou de não querer?

Quando analisamos a consciência imediata de um homem comum, não acostumado aos questionamentos dos métodos filosóficos, sua resposta diante da questão será algo como “Eu posso fazer o que quero!”²². Devemos considerar que a esta liberdade de fazer se exclua quaisquer impedimentos à liberdade já analisados anteriormente, e que seu corpo só necessite ser comandado nos movimentos que se situem na esfera dos atos voluntários. Em outras palavras, a consciência imediata afirma-se no poder de agir, mas estamos procurando analisar se a vontade pode escolher entre diversas ações, independente de haver um motivo impulsionando a consciência a escolher uma ação em detrimento da outra, e em situações de estímulo idêntico, de poder escolher uma ação até mesmo completamente oposta a que foi eleita em circunstâncias anteriormente idênticas.

O pronto atendimento dos órgãos voluntários ao comando de nossa consciência produzindo um ato da vontade, não nos obriga logicamente a atribuir que a consciência está livre de seguir o que a vontade determinou. A consciência parece ser incapaz de desvendar a questão, visto que por deduções lógicas até agora organizadas, só conseguimos concluir que a vontade é estimulada por motivos exteriores, e tudo indica que a consciência não pode formular algum juízo a cerca de algo que não se encontra na esfera de sua compreensão, e não podemos afirmar, a partir da própria consciência, que a vontade é originada livremente na consciência. É nos dado a compreensão de que a vontade

faz parte do domínio da consciência, e que esta possui controle dos órgãos voluntários do corpo. Podemos afirmar ainda que os motivos que estimulam a vontade se situam fora da esfera do eu, portanto, na esfera do *não-eu*, e só podem tornar-se motivadores da vontade, se a consciência construir uma inteligibilidade a partir das impressões dos órgãos dos sentidos, trazendo a compreensão dos motivos de fora para dentro.

Schopenhauer tenta elaborar uma seqüência para explicar o surgimento da vontade na consciência humana, partindo do ponto em que a consciência, ao começar elaborar o estímulo exterior, a partir das informações decodificadas pelo cérebro das sensações oriundas dos órgãos dos sentidos, constitui em princípio o que chamou de desejo, ou veleidade²³. Após a maturidade da elaboração, estando pronta para tornar a potência em ato, toma o nome de resolução. Afirma neste ponto de sua análise, que “só a ação pode demonstrá-lo à consciência, porque, até o momento da ação que a realiza, ela é constantemente mutável”²⁴, ou seja, é possível que a consciência imediata avalie que poderia ser capaz de tomar qualquer atitude, e até mesmo completamente oposta ao que se tornou ato, mas é evidente, com o raciocínio de que a consciência só se torna consciente da ação no momento de sua realização, que não havia na consciência a possibilidade de realizar uma ou outra ação, visto que isso induziria a conclusão de que a consciência já se tornara consciente de mais de um ato realizado, e até mais, de incontáveis atos realizados, antes de os realizar, o que é uma falácia.

Afirma o autor alemão que “é o efeito da confusão entre o desejo e a vontade”²⁵ que causa semelhante raciocínio falso.

“Pode-se, efetivamente, desejar (veleidade) duas coisas opostas,

²³ Dos Dicionários da Língua Portuguesa: Veleidade - vontade imperfeita; sem resultado; capricho; leviandade; utopia; volubilidade.

²⁴ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 172, nota 8.

²⁵ Ibid.

²² SCHOPENHAUER, op. cit., p. 170, nota 8.

mas não se pode querer senão uma: e por qual das duas a vontade se decidiu é precisamente o que a consciência adverte somente a *posteriori*, por meio do ato realizado”²⁶.

Quantas vezes podemos afirmar que tínhamos um desejo e nos deparamos realizando um ato contraditório ao mesmo. Afirmariam os incautos que faltou força de vontade, mas já investigamos a possibilidade da vontade ser parte efetiva da consciência e só concluimos aparentemente que não está na consciência o controle da vontade, mas apenas que a vontade se torna consciente para a consciência quando se torna ato.

Podemos afirmar, que o ato é parte integrante do mundo do *não-eu*, e que a consciência tornou-se consciente da vontade através dos órgãos dos sentidos e, portanto, posterior a decisão da vontade, e que os desejos (veleidades) possíveis de terem sido escolhidos, transitaram na consciência como se tentassem ser escolhidos, e o que levou a apenas um dos desejos ter se transformado em ato não é fornecido, revelado, pela consciência. Por que um motivo impulsionador oriundo do mundo exterior foi o escolhido em detrimento de outros? Por que das inúmeras realidades subjetivas, somente uma se tornou realidade objetiva? A resposta está na esfera do *não-eu*, de onde também parte os motivos e o próprio homem.

Podemos afirmar que o simples argumento utilizado pelas pessoas de questionamento superficial, de que podem fazer tudo que querem, de poderem decidir se sentam ou levantam, se comem ou fazem jejum, se viram para a direita ou para esquerda, é apenas uma faceta do raciocínio humano para que o mesmo se sinta livre. Compreender que a vontade é conhecida somente depois que se tornou ato, é adotar uma nova forma de perceber a vida, estando apto a compreender cada momento como uma incógnita do incompreensível, de estar atento a cada momento como o desvendar de uma surpresa, pois não nos é possível estabelecer o que se tornará ato em nossa cotidianidade, a

não ser quando este já se tornou realidade na objetividade.

A dependência dos atos em relação à vontade, não pode ser colocada em dúvida, mas o que estamos investigando é do que depende a vontade, se ela é de natureza íntima ou de natureza exterior.

Sem desejar enveredar pelo estudo da Psicanálise, elaborada por Sigmund Freud, porém, trazendo para esta dissertação elementos que corroborem para a investigação do tema livre arbítrio, vale lembrar da sua descoberta “o inconsciente”, que atua, segundo ele, como motivador de ações do indivíduo, muitas vezes contrárias aos desejos conscientes, fazendo com que os motivos que originaram as ações do indivíduo só se tornem compreensíveis muito tempo depois, quando o sujeito se dedica a interpretar suas ações segundo as coerências do método psicanalítico.

Voltamos ao questionamento: a vontade é necessariamente determinada pelos motivos oriundos da exterioridade, da mesma forma que num triângulo o ângulo maior necessariamente está oposto ao lado maior?; ou a vontade é completamente livre de qualquer estímulo que parte da esfera do *não-eu*?

Schopenhauer afirma que estas questões parecem ultrapassar a competência da consciência natural, e que não é possível sustentar um raciocínio que nos conduza a certeza da resposta, pois é fácil afirmarmos que podemos fazer aquilo que queremos, pela razão imediata de promovermos movimentos de nossos órgãos voluntários e assim transformarmos um desejo de movimento em ato, mas compreendermos com base no que a consciência nos é capaz de oferecer, de que a escolha de ir para a direita ou para a esquerda foi originada na consciência, livre de qualquer influência, é uma compreensão que não parece ser obtida pelo caminho imediato do raciocínio.

Cabe aqui observar que de fato não podemos afirmar que a origem de estarmos dissertando sobre o livre arbítrio é uma liberdade da nossa vontade, bem como desejar interromper neste instante a dissertação

²⁶ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 173, nota 8.

possa ser uma demonstração de liberdade da nossa vontade. Portanto, é necessário continuarmos a investigação sobre o tema, para que possamos ultrapassar este hiato filosófico, e nos aproximarmos de uma conclusão mais coerente, ou nos lançarmos a crença de que há mistérios insondáveis para o raciocínio humano e que estes devem ser demarcados como área perigosa de sondagem lógica, como se o indivíduo que se aventurasse a adentrar nesta área demarcada estivesse colocando-se em risco de ser tragado por um buraco negro filosófico ou um abismo infernal.

O autor alemão nos orienta a não recriar o discurso de indivíduos de raciocínio singelo quando os mesmos afirmam poder fazer o que querem, porque “em verdade, convenhamos, é uma questão extremamente embaraçosa”²⁷.

A questão em si nos lança a indagar que pode ser o homem, os animais e toda a criação, no mais íntimo de cada essência, uma determinação, onde cada essência imutável e organizada, segue sua trajetória determinada por suas qualidades fixas, não se corrompendo em suas determinações, quando em presença de excitações exteriores, ou o contrário, que a essência do homem não possui um caráter invariável, estando ele sujeito simplesmente as determinações provenientes do exterior, sendo conduzido pelos motivos que surgem e se tornam compreensíveis em sua consciência, sem que haja verdadeira liberdade de escolha entre um motivo ou outro na realização de seus atos.

Não nos parece satisfatório interromper nossa investigação neste ponto do questionamento, fazendo com que sejamos obrigados a escolher como uma crença a esta ou aquela opção, e como defensores de uma ideologia, arrebatar outros indivíduos na tentativa de reunirmos maior número de adeptos à nossa crença, para estarmos livres da dúvida por ser nossa escolha aceita pela maioria, portanto, devendo ser fundamentada como “a verdade”.

²⁷ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 178, nota 8.

É, portanto, obrigatório seguirmos adiante, ou pararmos agora e afirmarmos que somos livres para tomarmos esta decisão, originada na pura vontade íntima, estabelecendo um ponto final a questão do livre arbítrio. Se, no entanto, somos compelidos a continuar, como se não nos restasse outra opção, assumindo assim que nossa liberdade não está livre para escolher outra saída, e que somente a continuidade desta investigação poderá nos conduzir a uma certeza, ou a certeza da incerteza, devemos seguir os raciocínios expostos no tratado de Schopenhauer, estando atentos a partir deste ponto, para não sermos induzidos a aceitar raciocínios errôneos, pela persuasão do discurso do autor ou pela sensação de estarmos caminhando em pântano sombrio, desconhecido, que nos tira a capacidade de confiarmos em nossas percepções, pois o estranho se tornou mais hegemônico do que o conhecido, pois é notório que na temporalidade e circunstância cultural em que esta dissertação está sendo redigida, a maioria dos leitores contemporâneos a ela, são induzidos culturalmente a acreditar na liberdade, no livre arbítrio.

Segue ele o raciocínio de que a vontade do homem é sua natureza mais pura, o verdadeiro *eu*, o núcleo do seu ser, “como uma espécie de *abstractum* imutável e sempre presente, do qual não consegue libertar-se para proceder de forma diversa”²⁸, sendo suas ações conforme sua essência, ou seja, sua vontade, que é sempre o próprio eu, imutável, invariável, incorruptível, tornando o *querer* e o *ser* uma única essência, tornando o *querer* a expressão do *ser* e o *ser* a expressão do *querer*. Nas palavras de Schopenhauer: “Dado que ele próprio é como *quer*, ele *quer* como *é*”²⁹. E conclui que se perguntássemos se desejaria querer diversamente do que quer, seria como se lhe perguntássemos se poderia ser diverso do que é.

A questão até o momento se estrutura no querer e o não-querer,

²⁸ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 179, nota 8.

²⁹ *Ibid.*

organizado inicialmente na afirmativa “o que eu quero, posso fazê-lo”³⁰, por outro lado Schopenhauer organiza uma outra forma de expressão que recolhe tudo que avaliamos até agora: “Todo ato de minha vontade se manifesta imediatamente à minha consciência, por um mecanismo para mim completamente incompreensível, como um movimento do meu corpo”³¹. Esta nova formulação se deve ao fato de que somente após o ato se manifestar na objetividade é que tomamos consciência da escolha efetiva de nossa vontade, e, portanto, cada movimento do meu corpo é uma descoberta nova, uma tomada de consciência do que foi o ato, e que, a princípio, pode parecer conhecido anteriormente pela formulação do desejo, mas que numa análise mais profunda, foi uma escolha única da vontade.

Continuaremos nossa investigação seguindo ainda a trilha original do tratado, no capítulo que se segue, denominado “A Vontade Diante da Percepção Exterior”³².

Da Vontade Diante da Percepção Exterior

A esfera do *não-eu* é percebida pela consciência a partir dos órgãos dos sentidos, e toda realidade é concebida a partir da experiência, portanto a percepção exterior deverá ser analisada para que nos indique algum caminho seguro para que nossa questão encontre fundamentação no raciocínio filosófico, preenchendo a lacuna aberta nas avaliações a que chegamos.

Como nossa faculdade de percepção do exterior é dirigida para fora, a vontade não poderá ser para ela um sujeito de conhecimento imediato, ou seja, a percepção, enquanto tal, não parece dispor do conhecimento da vontade como numa relação de compreensão que a leva a focalizar o exterior a partir de premissas da vontade. Desta forma, não poderemos inquirir a faculdade perceptiva a respeito de nossa questão, porém, poderá ser de grande utilidade se nos propusermos a analisar o modo como a percepção exterior se organiza a partir da experiência, e que, de modo geral, todos podem constatar.

Como a vontade nos pareceu anteriormente ser acessível somente à consciência, devemos conduzir o nosso exame sobre os objetos que situam no domínio dos sentidos, e a relação desenvolvida por nosso intelecto para compreensão da exterioridade, observada no princípio da causalidade, visto que a percepção dos nossos sentidos associados a este princípio inteligível é que nos torna aptos para reconhecer a realidade a cada instante, comparando as impressões novas com impressões acumuladas na faculdade de recordação, que permite apreender a realidade como continuidade, visto que, se não fosse assim, cada instante seria completamente novo e desconhecido pela faculdade

³⁰ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 181, nota 8.

³¹ Ibid., p. 178.

³² Ibid., p. 187.

inteligível, impedindo de nos compreendermos como presentes na realidade, impedindo toda e qualquer forma de relacionamento com a temporalidade, e conseqüentemente, não haveria perpetuação da espécie humana, como a conhecemos, e nem haveria a possibilidade de estarmos realizando esta dissertação.

Ao percebermos a realidade, nossa faculdade perceptiva a todo instante, na vigília, informa as impressões recebidas dos sentidos, e a faculdade intelectual detecta as mudanças de impressões, que são comparadas as impressões armazenadas na faculdade de recordação, associando estas mudanças à causalidade, fazendo com que possamos conceber a noção de espaço e tempo. Para que isso ocorra, o intelecto identificou que houve modificação de um objeto, e conseqüentemente identificará que para ter havido esta mudança, é necessário que um outro objeto tenha sofrido também modificação, já que provocou a modificação do anterior, e isso se dá até o infinito, visto que a compreensão da realidade é uma série de identificações inteligíveis de uma sucessão de modificações da objetividade.

Disponer a inteligência a realizar a compreensão de uma série de modificações sem fim, tentando organizar no espaço e no tempo a origem de sua modificação, é uma tarefa laboriosa e aparentemente impossível, e a conseqüência é a fadiga e a sensação de que a meta da busca da origem sempre escapa. Mas a questão não deve ser abandonada, mesmo diante da impotência e da exaustão: “Qual é a causa desta mutação?”³³.

O princípio de causalidade nos permite afirmar que uma modificação quando começa a se realizar, deverá ser seguida de uma outra modificação necessariamente, e conseqüentemente novas modificações serão necessárias, bem como foram necessárias as modificações antecedentes, e que todas as modificações percebidas na objetividade estão submetidas à lei da causalidade, mas nossa

³³ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 189, nota 8.

capacidade inteligível é impossibilitada de compreender toda a sucessão de modificações que resultaram as impressões da realidade na temporalidade e no espaço. Por conseqüência, podemos afirmar que não há exceção, e qualquer que seja a modificação percebida, “ela será revestida do caráter da mais palpitante necessidade”³⁴.

Podemos seguir a indicação de Schopenhauer e enveredar pela avaliação da diversidade de seres complexos, objetos da experiência externa, procurando aplicar o princípio de causalidade às modificações a que estão sujeitas.

Para tal finalidade, argumenta ele que este princípio apresenta-se sob três aspectos: 1º - a causalidade no sentido mais restrito da palavra; 2º - a excitação; 3º - a motivação. Esta organização é apenas um instrumento didático, não significando que a causalidade está dividida em sua manifestação de movimento da realidade, mas que pode ser subtendida como atuando em etapas, e é essa a função didática dos argumentos que se seguem, não deixando de ter em mente que a meta a ser atingida é o preenchimento do hiato que se abriu ao final da análise da vontade diante da consciência, a saber: de ser a vontade necessariamente determinada pelos motivos oriundos da exterioridade ou se a vontade é completamente livre de qualquer estímulo que parte da esfera do *não-eu*.

1º - “A causalidade, compreendida no sentido mais restrito da palavra, é a lei segundo a qual todas as mutações mecânicas, físicas e químicas se produzem nos objetos da experiência”³⁵. Para Aristóteles este tipo de aspecto da causalidade está associado ao conceito de causa eficiente ou motora, tal como o golpe é a causa eficiente do movimento da bola.

Neste ponto do tratado, o autor alemão busca fundamentos na física newtoniana, afirmando que a 3ª lei de Newton, *a toda ação corresponde a uma reação igual e contrária*, encontra-se aplicada ao

³⁴ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 190, nota 8.

³⁵ *Ibid.*, p. 192.

movimento de modificações dos objetos, já que a lei indica que uma modificação anterior de um objeto produz uma modificação posterior em outro objeto, aqui indicada por causa e efeito. A causa produz modificações ou efeitos, mas conseqüentemente também sofre modificações, por necessariamente ter sofrido mutações antes de interagir na modificação do outro objeto, entendido como efeito da causa. Pretende assim, afirmar que é possível prever os resultados ou efeitos de uma ação, quando se sabe a maneira e intensidade de atuação. Essa pretensão de determinar com precisão as conseqüências de uma ação funciona aqui como atividade didática, pois sabemos através da experiência que há inúmeras variáveis atuando em uma modificação, sendo nosso intelecto incapaz de prever ou identificar todas elas. Porém, a argumentação conduz ao raciocínio de que qualquer modificação, mesmo que não percebida pelo intelecto, desde que inteligível, terá que ter necessariamente uma causa e ser efeito da mesma. Estes argumentos são dirigidos efetivamente para os objetos da realidade compreendidos como inorgânicos, ou sejam, destituídos de vida animal ou vegetal, pois não pretendeu o autor afirmar, ainda, que todas as modificações de todos os objetos da realidade, indiferentemente de possuir ciclo vital, seguem necessariamente a lei da ação e reação. Por isso, a divisão a que estamos analisando pretende explicitar as diversas possibilidades de interpretação da lei da causalidade, dentro dos três reinos conhecidos na época em que o tratado estava sendo escrito. Sendo assim, a nova classificação científica dos seres vivos, incluindo três novos reinos: das moneras, dos protistas e dos fungos; não altera o raciocínio original do tratado, visto que a nova classificação é apenas uma forma metodológica de agrupar mais detalhadamente os seres vivos, a saber: seres unicelulares sem membrana nuclear definida; seres unicelulares com membrana nuclear definida; e seres unicelulares e pluricelulares que possuem parede celular típica dos vegetais, sem possuírem cloroplastos, responsável pelo processo de produção da glicose, chamado

fotossíntese.

2º – A excitação se caracteriza pelo estímulo que a força vital dos vegetais ou dos animais possa receber do meio externo, quer seja de ordem física, química ou luminosa. Para ser mais detalhado, procurei dividir a excitação em duas particularidades: atuando sobre os vegetais mais gerais e sobre os vegetais específicos, que respondem mais imediatamente aos estímulos, denominadas plantas sensitivas (*Mimosa pudica*, *Hedysarum gyraus* e *Dionae muscipula*), uma delas muito conhecida no Brasil com o nome popular de dormideira (*Mimosa pudica*), que reage ao toque fechando suas folhas. As crianças que convivem com a natureza, ao encontrar a dormideira, tocam em suas folhas repetindo a frase: “dorme, dorme dormideira, pra acordar segunda-feira”. A análise da atuação da excitação sobre a força vital dos vegetais envereda-se sob o aspecto de que um espécime vegetal poderá ser ativado em sua vitalidade através da exposição à luz solar ou pela ação de nutrientes minerais, porém, a reação da força vital ao receber o estímulo proposto, não corresponderá necessariamente a intensidade da excitação, já que a experiência mostra que uma planta exposta a uma luminosidade intensa, poderá, ao invés de desenvolver-se continuamente como reação ao estímulo, secar e perder sua vitalidade até a extinção do processo biológico a que chamamos vida vegetal. Da mesma forma, se adicionarmos ao substrato do qual dependem as raízes a obtenção dos elementos vitais, uma quantidade adequada de um elemento químico, como, por exemplo, o uso do cálcio encontrado na cal que tem sido misturada à terra nas lavouras, poderá beneficiar a força vital e tornar uma planta saudável, ao passo que se acrescentarmos continuamente o mesmo elemento, poderemos vir a prejudicar o fluxo vital e levar o espécime a sua completa perda de vida. Assim, fica esclarecido que no reino vegetal, a reação a uma ação não tem como previsão uma escala linear, como no caso anterior, em que se poderia afirmar imediatamente, que uma pressão crescente aplicada sobre um gás num reservatório, produzirá uma redução

equivalente de seu volume. Esta última afirmação também é hipotética, pois o intelecto não pode abranger todas as possibilidades de reação do conjunto: recipiente, equipamento produtor da pressão, etc.

3º – Motivação. Passando a análise para os objetos da realidade, conhecidos como animais, incluindo a espécie humana, o autor avalia este aspecto da causalidade como sendo peculiar dos seres dotados de capacidade inteligíveis, ou seja, a capacidade de perceber diversas sensações dos órgãos dos sentidos especializados, e tomar decisões além do estímulo das excitações físicas, químicas e luminosas. Ele parte do princípio que estes seres específicos, que são dotados da capacidade de movimento, podem escolher entre a utilização de uma certa disposição de elementos necessários a manter o seu fluxo de vida, entendido aqui como ser animado, já que há um produtor de movimento que recebe estímulos da exterioridade, e que por isso mesmo, Schopenhauer atribuiu a esta espécie de causalidade o nome de Motivação, derivado de motivo, que é um dos conceitos que estamos abordando em nossa dissertação desde o seu início. Nessa parte do tratado, ele procura explicar que a experiência nos permite caracterizar uma menor ou maior capacidade inteligível dependendo da estrutura corporal mais simples ou mais complexa, como é o caso de animais extremamente simples que parecem ser motivados apenas pelos estímulos físicos, químicos e luminosos, como se fossem vegetais, e outros, com sistemas nervosos mais estruturados, caracterizados pela capacidade de desenvolver movimentos variados conforme sua fisiologia, quando estimulados por motivos oriundos da esfera do *não-eu*.

Os motivos são percebidos pelo intelecto que desenvolve uma representação apropriada à sua faculdade inteligível, permitindo a consciência compreender, de acordo com os diversos níveis de complexidade dos organismos animais, as forças motivadoras e estar apta para realizar reações às modificações a que são motivadas. A escolha de qual dos desejos de reação a vontade fará se tornar ato, é

ainda o foco de nossa investigação.

Também as excitações podem provocar reações nos animais, como podemos perceber pela experiência, citando como exemplo a utilização de estimuladores químicos causadores de modificações perceptíveis, como no caso de pessoas que ingerem bebidas alcoólicas ou outros excitadores mais intensos.

Nos animais, a excitação e a motivação atuam de formas radicalmente diferentes, sendo a primeira por contado imediato, com duração e intensidade relativa ao elemento produtor da excitação, enquanto a segunda atua de forma mais sutil, não podendo nosso intelecto estabelecer uma relação direta quanto a duração ou intensidade, visto que há motivos que, como já observamos no caso específico do animal humano, só será revelado muito posteriormente, se o intelecto dispor de metodologias como é o exemplo da análise psicanalítica, ou até mesmo nunca serem revelados à consciência.

Outras metodologias aplicadas ao ser humano pretendem desvendar os motivos não revelados para as reações tomadas pelo organismo, parecendo que o desejo consciente não foi eleito pela vontade para comandar os órgãos voluntários, fazendo com que a autonomia do corpo em relação à consciência seja interpretada como uma doença, ou seja, uma alteração patológica que impede ao indivíduo uma completa administração de seus movimentos voluntários. A prática da metodologia denominada hipnose é mais uma das tentativas de entender os motivos escolhidos pela vontade. Outra metodologia que pretende auxiliar nessa compreensão é a filosofia clínica, que se desenvolveu nos últimos anos no Brasil e em alguns países. Outras metodologias se dedicam a recuperar o controle dos atos voluntários ou entender os atos realizados, são terapias que se multiplicaram nas últimas décadas, variando em pequenos detalhes da metodologia: sonoterapia, terapia do ego, terapia transcendental e etc.

Por outro lado, há relatos que nos indicam ser uma prática comum de todas as tradições culturais adotar metodologias que buscam

entender as ações do sujeito no passado ou no futuro, através de leituras interpretativas diversas, quer seja analisando partes do corpo, como no caso da milenar prática da quiromancia, interpretação das linhas e características das mãos, e da irisologia, que busca a interpretação das características da íris. Sabemos de tradições que interpretam características da língua, dos músculos, da face.

Deixando de lado a interpretação direta do corpo do indivíduo, uma grande variedade de metodologias afirma interpretar a conduta humana através de objetos de uso do sujeito, tais como: roupas, livros, disposição dos móveis em sua casa, sua escrita, a organização da borra de café que se forma na xícara após o consumo da bebida, a fotografia eletromagnética de seus dedos, como pretende a kirliangrafia, e centenas de outras metodologias oraculares.

Na tradição cristã encontramos os Reis Magos que observaram características no céu e indicaram o nascimento de Jesus, se propondo a deslocarem-se até o local, que julgaram por suas análises, ser o ponto específico do acontecimento. Relatos como este recheiam os textos de diversos povos, indicando que a natureza humana tem atração por desvendar os próprios atos no futuro, como se aceitássemos a premissa de que não agimos segundo nossos desejos (volições), mas sim por uma decisão da *vontade*, entendida como concluímos anteriormente, *ser o mais próprio do eu*. Oráculos também foram utilizados pelos gregos, como no caso de Sócrates que consulta as sacerdotisas de Delphos.

Se perguntarmos a uma pessoa de pensamento cotidiano, que acredita em Deus: Deus sabe o seu destino (futuro)? Ela certamente afirmará que sim. E se diante desta resposta perguntarmos: Você tem livre arbítrio? Ela certamente afirmará que sim. Porém, uma resposta afirmativa implica necessariamente em uma resposta negativa para o segundo questionamento e vice-versa, porque se ela acredita que Deus sabe o futuro da pessoa, significa que o destino dela já está definido, mas se acreditar que Deus não sabe o futuro, significa que Deus não é

omnisciente, o que resultará na quebra de um dos fundamentos da própria crença em Deus, das religiões mais comumente encontradas em nossa sociedade.

Schopenhauer chama de “força vital”³⁶ a atividade presente nos vegetais e que ela sofre modificações pelo contato com os elementos excitadores, e de “força natural”³⁷ a atividade presente nos animais e que ela sofre modificações através dos motivos. Essa *energia interna*, segundo ele, “deve dar-se preventivamente, e anteriormente a qualquer explicação dos fenômenos, como uma coisa inexplicável, desde que não há no sombrio interior dos seres consciência alguma a cujo olhar seja ela imediatamente acessível”³⁸. Dedução que resulta do que já avaliamos anteriormente, ser a consciência incapaz de compreender antecipadamente a escolha da vontade, ficando ciente dessa escolha somente na realização do ato, como se o ser que se confunde com a vontade, invariável, imutável, incorruptível, existisse previamente aos estímulos das excitações e dos motivos.

Há, porém, uma diferença entre o homem e os outros animais: a superioridade da inteligência. O homem é capaz de perceber por meio dos sentidos o mundo exterior e, associar a essas informações, abstrações que não são dadas diretamente pelas sensações físicas, antes, porém, pela adição de noções de valores morais, culturais e gerais, fazendo com que uma pedra identificada pelo intelecto a partir das sensações, receba inúmeras diferenciações de utilidade e importância. O método, segundo Schopenhauer, utilizado pelo homem para fixar as diferenciações, é o uso das palavras, que permite elaborar em sua faculdade de lembrança, inúmeras combinações, formando um complexo sistema de associações ao que ele denominou “pensamento”³⁹. Cita que a linguagem, a reflexão, a memória do

³⁶ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 198, nota 8.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

³⁹ Ibid., p. 199.

passado, a previsão do futuro, a atenção, a atividade comum e repetitiva, a sociedade política, as ciências, etc., são privilégios que o homem desenvolve, devido a sua capacidade de criar para si representações insensíveis, ou seja, não originadas nos órgãos dos sentidos, abstratas, e que são denominadas pelo termo *conceito*, que ele define como sendo “*formas coletivas e universais da realidade sensível*”⁴⁰, e afirma que cada uma dessas formas compreende um numeroso grupo de pessoas, permitindo conservá-las como patrimônio intelectual.

É no mecanismo da formação dos símbolos da linguagem no seio de uma sociedade, que uma palavra passa a adquirir sentido inteligível, quando é associada a ela uma gama de significados, do que ela representa e o que ela não representa nas percepções dos sentidos. As palavras podem ser combinadas de inúmeras formas, construindo uma imensa associação de noções intelectivas, permitindo ao homem diferenciar-se dos animais, que não conseguem estabelecer relações além da sensibilidade imediata, vivendo sempre na esfera do momento presente. Com isso, o animal fica limitado em sua escolha pelos motivos que atuam diretamente nos seus sentidos, permanecendo sua vontade determinada pelo motivo mais contundente, mais evidente. A causalidade passa a ser constringida pelos motivos imediatos, não sofrendo interferência de abstrações do intelecto a que já referenciamos como sendo desejo.

Mesmo quando o adestramento é imposto a um animal, este continuará seguindo a tendência imediata do motivo mais intenso, que nesse caso é em geral o motivo intensificado pela técnica de condicionamento das reações do animal.

A capacidade de formar representações não sensíveis oferece ao homem uma infinidade de associações das informações originadas nos órgãos sensitivos, incluindo na compreensão do presente objetos que

não estão nos motivos exteriores, mas no passado ou no futuro, podendo o intelecto exercitar a criação de desejos variados. Disto se dá, que o impulso de suas ações não são os motivos imediatos da realidade, e nem mesmo podemos afirmar que se trata de uma lembrança de um motivo experimentado no passado, pois tem a capacidade de constituir objetos não sensíveis, ou seja, imaginários.

Se um homem agir segundo suas impressões imediatas, diremos que ele não age de forma razoável, pois sua conduta estará mais aproximada da conduta de um animal comum. No entanto, quando observamos que um homem, mesmo diante de um motivo aparentemente forte, age segundo um outro motivo, considerado pela comunidade como sendo adequado, diremos então que este é um homem razoável, ou seja, tem pensamentos organizados e independentes da impressão imediata dos objetos sensíveis.

Seguindo este raciocínio, Schopenhauer afirma que a diferença entre a liberdade do homem e dos outros animais termina aí, já que o pensamento é gerador de motivos, e as sensações são geradoras de motivos, portanto, a vontade em ambos será estimulada por motivos e é no tribunal da própria vontade que a escolha se dará, e já analisamos que esta escolha não é acessível à consciência, disto se deduz que todos animais, incluindo o homem, realizam seus atos após a decisão da vontade, que, como também já analisamos, se confunde com o próprio ser que anima seus corpos. Porém, há uma relativa liberdade no homem, a saber: de usar sua capacidade intelectual para criar simulações diversas de ações no futuro, gerando em cada uma destas simulações uma série de novos motivos. Esta suposta liberdade é que gera confusão na análise da maioria das pessoas que se dedicam a compreender este tema, e que indicam em seus discursos o privilégio humano de poder escolher motivos não imediatos e abstratos, como fundamentação do livre arbítrio, porém, “Esta liberdade relativa, realmente, não constitui senão o livre arbítrio como o entendem também pessoas instruídas mas pouco habituadas a irem até o âmago das

⁴⁰ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 189, nota 8.

coisas”⁴¹.

Comparar um motivo gerado simplesmente pela capacidade sensível com um motivo gerado pela capacidade intelectual, só nos levará a perceber que são formas diferenciadas de geração de motivos, mas não poderemos afirmar que esta geração implica liberdade de ação, já que será a vontade, em última instância, que decidirá qual motivo será estimulador das modificações sucessivas do corpo.

Voltamos assim a atenção sobre a causalidade, visto que nossa consciência não pode nos dar resposta alguma sobre a vontade.

Da Liberdade da Vontade

Analisamos que as ações de modificações físicas são geradoras de outras modificações subseqüentes, e que por conseqüência também foram causadas por modificações anteriores, e este raciocínio nos fará repetir este ciclo infinitas vezes, sem que seja possível ao nosso intelecto conhecer todas as inúmeras conseqüências derivadas de uma modificação. Também identificamos que as modificações vegetativas derivadas de excitações poderão ser analisadas utilizando-se o mesmo raciocínio e, conseqüentemente, as modificações animais derivadas de excitações e de motivações, em última análise, desencadeará uma mesma série de raciocínios cíclicos infinitos, indicando que não é possível ao intelecto compreender a modificação originária de todas as modificações conseqüentes, visto que também este motivo modificador, necessariamente, terá que ter sofrido uma ação modificadora.

De todas as argumentações até agora por nós organizadas, temos resumidamente a seguinte afirmação: a vontade é o tribunal que decide qual motivo modificador será escolhido, e sua resolução encaminha uma série de outras modificações que irão compor a reação necessária, tanto no homem como nos demais animais, e o que os diferencia, neste tema, é a possibilidade maior de motivos que a vontade do homem terá disponível para sua escolha.

Devemos a partir deste ponto, lançar nosso raciocínio para as decisões tomadas pela vontade humana, através da experiência de observação da conduta de diversas pessoas e de nossa própria conduta, na busca de encontrarmos o fio condutor que leva a vontade a eleger um motivo em detrimento de outros, de tal forma que possamos

⁴¹ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 203, nota 8.

encontrar uma resposta para a questão que nos norteou até agora: o livre arbítrio.

Diante dos fatos observados nos objetos minerais, a lei da causalidade é necessariamente a ordenadora das modificações sucessivas, visto que, sendo seres inanimados, não possuem alma, e conseqüentemente, não possuem vontade.

Dos seres vegetais observamos que as modificações seguem as conseqüências das excitações, inseridas na lei de causalidade, e para cada espécie, não podemos esperar senão uma seqüência de modificações próprias, por exemplo: de um abacateiro não podemos esperar que produza pêras, mas abacates, como de uma laranjeira não podemos esperar que produza uvas, mas laranjas. Caso a intervenção humana promova alterações no padrão do vegetal, fazendo com que um abacateiro produza frutos diferentes do que naturalmente produziria, essa ação seria uma forma de excitação, e portanto, estaria inserida na lei de causalidade.

Dos animais, quando não condicionados pela ação humana, podemos esperar reações típicas de cada espécie, visto que a vontade estabelece suas escolhas de acordo com as motivações imediatas. Deste modo, devemos esperar que o tamanduá cave a terra e troncos apodrecidos em busca de formigas e o João-de-Barro faça sua casa utilizando argila.

No caso do homem, que além de receber os estímulos das excitações também dispõe do intelecto como produtor de desejos (volições), será sua conduta que nos permitirá encontrar um caminho seguro para solucionar nosso questionamento sobre a liberdade de suas ações.

Para facilitar nosso raciocínio, utilizaremos a nomenclatura homem-A para especificar um homem qualquer, e homem-B para especificar um outro homem qualquer.

Diante do fato de que um homem-A pode desenvolver motivos inteligíveis, portanto, não sensíveis, torna-se difícil para um homem-

B saber quais motivos estavam à disposição da vontade do homem-A quando esta, a vontade, decidiu por um dos motivos e desencadeou com sua resolução uma série de modificações, a que chamamos de reação. Ao conjunto de reações de um homem, costumamos chamar de *conduta*. Desta forma, o homem-B perceberá uma reação do homem-A e associará esta reação como próprio da conduta do mesmo. Assim, generalizando, todos nós podemos avaliar que há uma certa organização que estabelece o fio condutor de nossas reações, ou seja, há um fio condutor que nos permite, através do intelecto, conhecer o modo próprio de nossa vontade na eleição de motivos específicos, seguindo uma certa preferência de motivos semelhantes.

Se a vontade de cada homem não seguisse uma certa organização, não nos seria possível estabelecer uma relação com outra pessoa, visto que não compreenderíamos suas ações, e muito menos as nossas próprias, e viveríamos de forma caótica, o que comparativamente seríamos pior do que os demais animais, que seguem uma conduta organizada pelo que chamamos de instinto. Mas isso não ocorre, e quando observamos nossas escolhas de relacionamentos, elas se fundamentam em podermos prever as condutas dos que nos são queridos, e de prevermos as condutas dos que não nos são queridos, e é essa previsão que nos aproxima de uma pessoa e nos afasta de outra.

Quando a conduta de uma pessoa de nosso convívio foge de seu padrão, tentamos imaginar o motivo que provocou aquela reação, e esperamos que esta reação não se repita, se for considerada por nós uma reação negativa, ou esperamos que se repita, se for considerada por nós uma reação positiva.

Avaliando nossa própria geração de motivos inteligíveis, iremos encontrar em nossa memória, motivos inconfessáveis que estiveram disponíveis para a escolha de nossa vontade em circunstâncias passadas, e que, apesar de terem sido gerados pela nossa capacidade intelectual, não condiziam com nossa conduta geral, e talvez, por isso, não foram os escolhidos.

Quando estamos diante de uma pessoa querida, procuramos produzir motivos intelectivos que provoquem reações da pessoa querida, que sejam consideradas benéficas para nós, e que acreditamos ser reações apropriadas da conduta da mesma. Porém, quantas vezes nossa vontade escolheu motivos diferentes e nos conduziu a reações geradoras de modificações não desejadas pelo nosso intelecto, ativando na outra pessoa uma série de reações de sua conduta que também não desejávamos. De modo inverso, quando estamos diante de uma pessoa de que temos aversão, geramos motivos intelectivos que não são escolhidos pela vontade e nos conduzem a reações que aparentemente não desejávamos. Mesmo diante da ausência de uma pessoa de nossa relação, podemos imaginar a reação que teria diante de nossas modificações, fazendo com que em muitos casos, sejamos impulsionados pela vontade a não realizar certos motivos em detrimento de outros mais desejados, pela simples memória da conduta da pessoa ausente, ou, quando o fazemos, nos sentimos embaraçados por imaginar a reação da mesma se estivesse presente. Neste caso, podemos incluir os exemplos em que a pessoa da memória em questão já tenha falecido, o que fortalece os nossos argumentos de que há um fio condutor que norteia as decisões de escolha da nossa vontade, pois julgamos que uma pessoa que não se encontra presente na realidade física, possa manter sua norma de conduta.

Schopenhauer afirma: “Essa influência dos motivos sobre a conduta humana é uma hipótese à qual todos se conformam instintivamente quando consideramos o mundo circundante para entrar em relações diretas com os próprios semelhantes”⁴².

Em seqüência a afirmação acima, o autor inicia sua argumentação de negação do livre arbítrio, sua afirmação é uma “ilusão natural”⁴³ devido a complexidade de motivos que dispõe a vontade humana, e de forma contundente complementa: “Admitindo o livre arbítrio, toda

⁴² SCHOPENHAUER, op. cit., p. 211, nota 8.

⁴³ Ibid., p. 212.

ação humana seria um milagre inexplicável e um efeito sem causa”⁴⁴ e ainda: “diante de semelhante noção a razão fica absolutamente paralisada: as próprias formas do intelecto repugnam a isso”⁴⁵.

Voltando nossa análise para a lei de causalidade, considerando as diversas qualidades de motivos já analisados e reconhecendo que uma modificação segue e é seguida por outras, sendo motivado pela anterior e é a motivação da posterior, e que os motivos, inteligíveis ou não, são apenas uma qualidade específica de motivos, a vontade deve necessariamente estar submetida a esta lei, do que podemos deduzir que a vontade também parece ser uma ilusão da consciência humana, e, se admitirmos que a vontade seja uma força existente e diferenciadora da conduta de um homem em relação a conduta do outro, esta força imaginária deve ser identificada por aquilo a que denominamos *caráter*. “É precisamente a *natureza* deste caráter que determina o modo de agir particular de diferentes motivos sobre um dado indivíduo”⁴⁶. Sendo este caráter invariavelmente, como já deduzimos, vinculado necessariamente a lei da causalidade, ele é “primitivo, inalterado, impenetrável”⁴⁷, permanecendo sempre como “constante dominador”⁴⁸, e pode ser qualificado como: individual, empírico, invariável, inato.

1º) O caráter é individual – Cada indivíduo demonstra uma conduta diferenciada, porém, há uma linha geral que abrange uma coletividade, e de uma forma mais ampla, uma série de semelhanças de atitudes que define o que chamamos espécie humana. Mas é fácil perceber as diferenças que nos permite identificar em cada indivíduo aquilo que lhe é próprio, não que seja o único a ter certa atitude, mas o conjunto de atitudes que forma seu caráter é que o diferencia.

2º) O caráter é empírico – Somente conheceremos o conjunto de atitudes de um indivíduo, que forma sua conduta, através da experiência

⁴⁴ SCHOPENHAUER, op. cit., p. 219, nota 8.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid., p. 222.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid., p. 223.

no relacionamento com o mesmo, da mesma forma, só conhecemos o nosso próprio caráter com o passar do tempo e a observação de nossa conduta, já que nossos desejos (volições) nem sempre se tornarão resolução e ação. Não é uma experiência incomum nos decepcionar na avaliação do caráter de uma pessoa, já que não a observamos agindo numa série suficiente de motivos, da mesma forma que ao surgir um motivo diferente do que já experimentamos muitas vezes nos surpreendemos com nossa atitude.

3º) O caráter é invariável – As surpresas que experimentamos sobre nossa própria conduta ou a conduta dos outros pode nos levar a acreditar que o caráter modifica-se através dos anos, ou devido a algum acontecimento importante. Porém, quando encontramos pessoas que ficaram distantes e sem contato durante anos, percebemos que em linhas gerais o caráter se manteve inalterado, somente em certas atitudes notaremos que houve mudanças, mas isto se dá devido a motivos novos que foram experimentados e que não nos foi permitido observá-los devido à distância. Não é sem sentido que ditados populares permanecem dezenas ou centenas de anos presentes na cultura de um povo, como por exemplo: “pau que nasce torto, não tem jeito, morre torto”; “Diga-me com quem andas e lhe direi quem és”. É fácil perceber que uma criança que observamos se desenvolver, se torne adulta com a mesma linha geral de conduta, o que indica que se o caráter fosse variável, sua conduta geral seria completamente diferente quando adulto. Mesmo quando experimentamos uma situação semelhante, cuja reação nos parece ter sido diferente do que a reação anteriormente parecida, não significa que mudamos de caráter, mas nosso intelecto avaliou a situação observando novos motivos, e facilmente sofremos a ilusão de que nossa conduta modificou-se, mas o que experimentamos foi uma geração de motivos intelectivos diferentes e por estarmos atentos a percebermos motivos sensíveis, que mesmo estando presentes na situação anterior, nosso intelecto estava muito envolvido com a variedade de conhecimentos absorvidos, que deixou despercebidos

os motivos que julga novos. Não havendo compreendido anteriormente todos os motivos presentes no acontecimento, seria como se eles não existissem.

4º) O caráter é inato – O caráter de um indivíduo começa a ser percebido desde muito pequeno, quando já observamos sua maneira de olhar, se movimentar, sua curiosidade, seu gosto, sua maneira de se relacionar. Podemos observar que crianças de uma mesma família, recebendo aparentemente a mesma educação e condições, apresentam caráter diferente. Na realidade é impossível essa hipótese, já que os motivos são de qualidades e intensidades tão variadas, que não seria inteligente afirmar a possibilidade de duas crianças receberem as mesmas qualidades e intensidades de estímulos ao longo de um só dia.

Desta afirmação de que o caráter individual é inato, resulta que virtude e vício são qualidades inatas. Não iremos adentrar nos questionamentos éticos sobre o bem e o mal que esta afirmação nos propõe, pois isto nos desviaria do cerne da nossa questão.

Se considerarmos o livre arbítrio, teremos que afirmar a construção do caráter a partir das condições externas, ou seja, construído pela causalidade, e que, duas crianças recebendo uma educação e estímulos aproximadamente semelhantes, deveriam desenvolver caráter aproximadamente semelhante, o que não parece corresponder a realidade, visto que desde muito pequenas, ainda sem ter desenvolvido a habilidade da linguagem, podemos perceber traços de conduta que estarão presentes em toda vida, e serão diferentes uma da outra mesmo recebendo condições e estímulos parecidos.

Sabemos que o nascimento de um irmão já é um motivo que uma criança experimentará diferente do que seu irmão que está nascendo, o que por si só já diferenciaria as condições de estímulos de um e de outro, e sobre este tema familiar algumas ciências dedicam suas atenções, como é o caso da psicologia e da psicanálise. Portanto, o exemplo que nos traria melhor proximidade de estímulos parecidos será o nascimento de gêmeos univitelinos, ou seja, nascidos de um

mesmo óvulo que se dividiu depois de fecundado, e gerou na mesma placenta dois seres aparentemente idênticos. Neste caso observaremos que o caráter dos dois irmãos se mantém parecidos ao longo dos anos e duas hipóteses poderiam ser levantadas para tal semelhança de caráter: 1ª - é o estímulo semelhante, percebido através experiência, que construiu a semelhança de caráter, tendo como premissa que o caráter do indivíduo é nulo em seu princípio de vida, quer seja compreendido o princípio no momento do nascimento ou no momento da fecundação; 2ª – a formação dos dois seres ocorreu na natureza no mesmo instante e sob as mesmas condições de estímulo, visto que a divisão celular que originou os dois embriões, produziu imediatamente um e outro, portanto, o caráter semelhante se formou segundo a lei da causalidade.

Uma experiência interessante seria a observação do caráter de dois gêmeos univitelinos que fossem separados ao nascimento, um sendo conduzido a estímulos sociais, culturais e econômicos completamente diferentes em relação aos estímulos a que o outro foi conduzido, de forma que ao serem reaproximados numa certa idade adulta, pudéssemos comparar o caráter dos dois. Caso se verificasse completa diferença de caráter, ficaria mais evidente a defesa da primeira hipótese, enquanto que a semelhança no caráter de ambos evidenciaria a segunda hipótese.

Da primeira hipótese teríamos que afirmar também que o caráter nunca se formaria completamente, e somente na ocasião da morte poderíamos afirmar qual foi o caráter do indivíduo, o que não parece ser o que observamos na prática, visto que a experiência demonstra a observação do caráter já fortemente definido em uma criança, e que continua a ser confirmado durante sua vida.

Schopenhauer utiliza-se de um trecho de uma obra poética de Goethe, para ilustrar sua idéia de destinação:

Como no dia em que vieste ao mundo
O sol resplandecia no céu em saudação aos planetas,
Foste crescendo continuamente.
Sob a norma daquela lei segundo a qual começaste a existir.

Tal é o teu destino, nem podes fugir a ti mesmo.
Assim já falavam as sibilas, assim também os profetas;
Nem giro de séculos, nem potência alguma pode destruir
A forma originária que depois se desenvolve no decurso da vida.

(SCHOPENHAUER, p. 236).

Conclui também que:

[...] a verdade fundamental em que repousa a necessidade da ação de todas as causas é o existir de uma essência interior em cada objeto da natureza, seja essa essência simplesmente força natural que naquele se manifesta, seja então a força vital ou a vontade. Essa lei, à qual estão submetidas todas as coisas do mundo, sem exceção, era enunciada pela escolástica com a seguinte fórmula: *Operari sequitur esse* (Todo ser age de conformidade com a essência que lhe é própria).

(SCHOPENHAUER, p. 236).

Inicia o autor alemão uma série de argumentações que deixam embaraçados os que nunca se permitiram pensar segundo a hipótese do não livre arbítrio, ou provoca aversão aos que não admitem a possibilidade do livre arbítrio ser uma ilusão do intelecto humano. Em outro ponto de seu tratado, Schopenhauer enfatiza ainda mais suas convicções afirmando:

O livre arbítrio implica, se o considerarmos bem de perto, uma existência sem essência, digamos alguma coisa que é e, ao mesmo tempo, não é nada, por consequência não é, donde resulta uma evidente e inconciliável contradição.

(SCHOPENHAUER, p. 238).

E ainda:

Se agora, depois da exposição precedente, o leitor se persuadiu de que a hipótese do livre arbítrio deve ser absolutamente afastada, e que todas as ações humanas são submetidas à mais inflexível lei de necessidade, teria chegado pelo mesmo caminho a poder conceber a *verdadeira liberdade moral*, que pertence a uma ordem de idéias superior.

(SCHOPENHAUER, p. 249).

Em sua intenção de argumentar sobre a ilusão do livre arbítrio, Schopenhauer não parece ter notado, provavelmente pela faculdade intelectual estar condicionada por anos de convivência cultural em defesa do livre arbítrio, que seu próprio tratado já seria inserido na lei de causalidade, e, portanto, o escreveu necessariamente por força de uma ordem incompreensível que tudo organiza, e que, ela própria é invariável, eterna, incorruptível, imutável.

Conclusão

Chegou o momento de soltarmos a mão do nosso guia e trilharmos caminho próprio, guardando a certeza de que fomos guiados com maestria até esta etapa de nossa dissertação sobre o livre arbítrio, nos oferecendo a segurança necessária para afirmarmos aquilo que tem norteado nossas ações até o presente. Antes, porém, iremos nos despedir do seu tratado transcrevendo o parágrafo que mais nos chamou a atenção, e se aproximou de nossa verdadeira intenção ao empreender essa ‘viagem’ através da academia de Filosofia:

A própria doutrina cristã da predestinação é um longínquo produto desta convicção inata da invariabilidade do caráter e da necessidade de suas manifestações. Finalmente, não desejo descurar aqui de uma observação, se bem que puramente acidental, a propósito da qual cada um, segundo as suas convicções especiais acerca de certos argumentos, poderá atribuir maior ou menor importância. Se não admitirmos a necessidade rigorosa de tudo o que acontece, por obra de uma causalidade que concatena todas as ocorrências, sem exceção, e se consentirmos que esta corrente venha a apresentar aqui e acolá soluções de continuidade por intervenção de uma liberdade absoluta, então toda previsão acerca do futuro, seja no sonho, seja no sonambulismo lúcido, seja no fenômeno da segunda visão, resulta – *também objetivamente* – de todo impossível, e por isso mesmo, inconcebível; porque não existe mais nenhum futuro verdadeiramente objetivo que se possa de qualquer modo prever; agora, contudo, não pomos em dúvida senão as condições subjetivas, nisto é, unicamente a possibilidade subjetiva. Pelo contrário, é incompreensível tal dúvida hoje em dia numa pessoa bem informada, depois que inumeráveis testemunhos emanados de fontes dignas de fé, estabeleceram a exatidão (a possibilidade) destas previsões do futuro .

(SCHOPENHAUER, p. 242).

Cem anos se passaram da morte de Schopenhauer até que se desse o nascimento do autor dessa monografia, e as idéias do pensador alemão ainda não haviam sido apresentadas ao seu intelecto até 90 dias antes do início dessa dissertação acadêmica, porém, desde 1988 que sua atenção se voltou para a possibilidade de ser o livre arbítrio uma ilusão da mente humana, para que gozasse da sensação de liberdade. Mas eis que obra tão fundamental para suas pesquisas chega de forma aparentemente acidental, quando já estava tomado de desânimo por não ter encontrado caminho seguro para defender suas argumentações, no universo rígido e exigente da academia de filosofia.

Durante 22 anos dedicou-se a comparar o movimento celeste com a conduta das pessoas, utilizando-se do conhecimento transmitido pelos caldeus há cerca de 5 mil anos e aprimorado pelos gregos após a conquista da Pérsia por Alexandre, que teve como preceptor Aristóteles. Este conhecimento também aprimorado pelos romanos, chegou até a atualidade com as mesmas bases utilizadas pelos caldeus, apenas complementadas pelos novos conhecimentos desvendados pela humanidade a respeito do céu, da objetividade e da subjetividade. A Astrologia passou a ser o seu principal instrumento de pesquisa, procurando no conhecimento da astronomia, matemática, física, química, psicologia, psicanálise, hipnose e recentemente a filosofia, instrumentos auxiliares para fundamentar suas observações da relação entre o movimento celeste e os acontecimentos da vida humana.

Não possuindo crédito as observações pessoais para um trabalho filosófico, mas somente argumentações fundamentadas na lógica dos argumentos inteligíveis, além de referências que foram registradas em alguma fonte de informação digna de crédito e de acesso possível para comprovação, buscamos ilustrar, na atualidade, as observações do último parágrafo citado do tratado de Schopenhauer, com um livro de autoria da astróloga inglesa Liz Greene, Doutora em Psicologia⁴⁹.

⁴⁹ ASTRODIENST. Liz Greene. Disponível em: <http://www.astro.com/people/reene_e.htm>. Acesso em: 24 mar 2003.

O livro de que faremos referência foi resultado de uma série de conferências pronunciadas na Inglaterra em abril de 1980, traduzido e editado no Brasil em 1988 com o título: *Os Planetas Exteriores e seus Ciclos*⁵⁰; tendo sido editado pela primeira vez em 1983 pela editora CRCS Publications, em Nevada, USA, com o título *The Outer Planets & Their Cycles*.

Em suas conferências a Doutora Liz Greene dedicou-se a explicar sobre suas observações da relação entre a sociedade humana e o movimento dos planetas chamados exteriores, ou seja, cujas órbitas ao redor do Sol estão fora da órbita da Terra, são eles: Marte, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno e Plutão. Segundo o conhecimento da Astrologia, os planetas exteriores indicam a conduta do indivíduo ou de uma entidade (uma empresa, um Estado, uma Nação, etc.), em relação a sua esfera de relações externas, ou seja: no caso de uma pessoa, seu relacionamento com os outros; no caso de uma entidade, seu relacionamento com outras entidades.

Estava também em destaque as avaliações a respeito da proximidade do fim do milênio e toda a atmosfera de medo e expectativa que surge na coletividade diante do encerramento de momentos como este. Ela se dedicou a analisar as alterações previsíveis da humanidade, dando ênfase aos países Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Essas previsões são fundamentadas nas observações do passado e as projeções para o futuro, das posições de cada um dos planetas exteriores, cujas órbitas foram calculadas segundo as fórmulas de cálculo estabelecidas pela ciência denominada Astronomia, e a comparação dessas posições, com as posições relativas dos planetas no momento em que estas nações foram criadas oficialmente.

Não vamos nos dedicar ao conhecimento da Astrologia, mas utilizar o exemplo encontrado no livro da Doutora Liz Greene, para corroborar com as conclusões de Schopenhauer em seu tratado. É

⁵⁰ GREENE, Liz. **Os planetas exteriores e seus ciclos**: a astrologia do coletivo. Tradução de Nazaré Abreu e Christianne Rossi. 10. São Paulo: Ed. Pensamento, 1995.

importante frisar que as posições estabelecidas pelo movimento dos planetas não revelam os fatos passados, presentes e futuros, apenas são movimentos cíclicos e regulares, portanto podem ser utilizados pelo intelecto humano para identificar acontecimentos ao longo da história, como uma contagem do tempo, tal como o ano civil dos países ocidentais identificam o ciclo de uma volta do movimento aparente do Sol em relação ao nosso planeta, tomando como base a linha imaginária que liga o pólo Norte ao pólo Sul da Terra, e que passa sobre a cidade de Greenwich, na Inglaterra, e que chamamos de Meridiano Zero. Hoje em dia o ano é representado por uma volta do planeta Terra ao redor do Sol, antigamente o ano era marcado pelo retorno do Sol ao mesmo ponto do céu em relação às estrelas fixas, ou seja, estrelas que constituem o firmamento, ou abóbada celeste, que aparentemente permanecem sem alteração durante milênios. Sabemos hoje que ocorrem movimentos em todos os corpos celestes, mas devido a distância das estrelas e galáxias em relação à Terra ser muito grande, estes movimentos tornam-se imperceptíveis. Desta forma, o movimento planetário pode ser utilizado como um contador de tempo, já que podemos calcular o momento em que Plutão estava passando por uma certa estrela fixa, e calcular o momento em que passará novamente pela mesma estrela, o que ocorre aproximadamente a cada 247 anos terrestre. Comparar o que ocorreu com uma pessoa ou uma entidade quando um planeta passou por um certo ponto do céu e projetar situações que podem ocorrer com a pessoa ou entidade quando este planeta passar novamente pelo mesmo ponto do céu, é uma capacidade intelectual, portanto, não sensível, e a análise desta comparação estará condicionada ao conhecimento da realidade disponível pelo intelecto do indivíduo que empreende tal objetivo, além das demais motivações presentes também no intelecto, que podem contribuir ou não para uma análise bem sucedida.

Antes de explicar sobre as previsões da Doutora Liz Greene,

faremos considerações necessárias para o bom entendimento das informações. O posicionamento do céu no momento do nascimento de uma pessoa ou o surgimento de uma entidade é denominado mapa natal ou mapa radical. O mapa natal da União Soviética representa o posicionamento do céu de quando Lênin chegou ao poder em 7 de novembro de 1917, ao que passaremos a referir como mapa da URSS.

Sobre o futuro da União Soviética, ela avaliou uma série de posições planetária que ocorreriam no final da década de 1980. O que chamava a atenção dela, era a passagem do planeta Plutão pelo ponto do céu em que se encontrava o Sol e Mercúrio no mapa da URSS, que ocorreria entre 1988 e 1991, e também, a passagem de Saturno, Urano e Netuno, que realizariam no mesmo período, 1988 a 1991, um alinhamento em relação à Terra, ou seja, ao olharmos para a região do céu em que se encontrava Saturno, também estaríamos olhando para onde se encontrava Urano e Netuno, que, em relação ao mapa da URSS, faria uma conjunção com o ponto em que estava o planeta Vênus, e em oposição ao ponto em que se encontrava o planeta Plutão. Em linguagem astrológica chamamos o movimento dos planetas de *trânsito*.

O retorno de Plutão para um mesmo ponto do céu ocorre aproximadamente a cada 247 anos, porém, o alinhamento de Saturno, Urano e Netuno pode demorar milênios, pois Saturno tem um ciclo de 29 anos para dar uma volta ao redor do Sol, Urano, 84 anos, e Netuno, 164 anos. Urano e Netuno se encontraram no céu de 1819 a 1821 e recentemente de 1993 a 1995. Saturno esteve posicionado entre Urano e Netuno de 1988 a 1991.

Liz Greene interpretou as configurações citadas como sendo uma movimentação do coletivo em busca de liberdade, num momento em que o poder governamental estaria incapacitado para reprimir este movimento, configurando uma situação propícia a uma ruptura social e o desmantelamento da União das Repúblicas Soviéticas.

Citamos abaixo um trecho de seu livro:

[...] A conjunção de Saturno, Urano e Netuno em Capricórnio, em cuja direção estamos nos aproximando no final desta década, [...] Isso acontece ao mesmo tempo que Plutão atinge o Sol natal. [...] A Rússia é um conglomerado de muitas e diferentes nações e nem todas se uniram espontaneamente. A Polônia, a Tchecoslováquia e a Hungria podem perfeitamente estar pensando em divórcio. Eu interpretaria que, em parte, esses trânsitos significam que existe uma espécie de rompimento dos países interconectados que formam a União das Repúblicas Soviéticas, [...] eu diria que haverá uma erupção brutal do coletivo, talvez o início de uma revolução interna, acontecendo simultaneamente num momento em que a autoridade central não esteja em condição de a evitar. Então haveria um período de desintegração e o potencial necessário a um renascimento. [...]

(GREENE, 1995, p. 123).

Estas afirmações ocorreram 11 anos antes de ocorrer a ruptura efetiva da União Soviética, ou seja, em 1980 não havia informações acessíveis aos analistas políticos que lhes permitissem afirmar o que aconteceria com a Rússia a partir de 1988, consolidando-se a ruptura efetivamente em 1991 com a formação dos Estados Independentes. Se considerarmos a possibilidade do livre arbítrio, onde cada indivíduo no mundo pudesse decidir por reagir a motivações diversas, inclusive contraditórias, não haveria possibilidade de se organizar temporalmente qualquer situação, nem mesmo dentro de um mesmo dia, quanto mais anos ou décadas. Porém, é importante enfatizar que uma previsão feita por alguém que utilize o conhecimento astrológico como instrumento de análise, só poderá se referir a entidades que o intelecto tiver compreensão, ou seja, nada poderia dizer a Doutora Liz Greene em relação a Rússia, se anteriormente não dispusesse o seu intelecto das informações do que é a Rússia e os fatos marcantes que a organizaram. Desta forma, fica o intelecto de qualquer estudioso em

Astrologia, impossibilitado de analisar qualquer fato no passado ou no futuro de uma entidade da qual não dispõe de informações.

Podemos neste instante afirmar que, analisando o céu do mapa da independência do Brasil, há indícios astrológicos para uma profunda revolução social no país durante o período de 2008 a 2010, quando poderá ocorrer uma ruptura entre os Estados que formam a Federação Brasileira, com o potencial para que surja desta ruptura um país independente. Porém, se isso acontecer, nada podemos falar desta possível entidade, pois não há informações inteligíveis no presente a cerca da mesma, sua data de formação, seu nome, sua história.

Quando analisamos astrológicamente uma pessoa, temos mais facilidade de identificarmos os traços de sua conduta do que ao analisarmos uma nação. Porém, é mais fácil desenhar uma história possível de uma coletividade do que uma história possível de um indivíduo, devido a uma série de motivos inteligíveis que surgem quando avaliamos uma pessoa, principalmente se for participante das relações sociais próximas do astrólogo.

Poderíamos buscar mais exemplos de previsões de futuro que se tornaram realidade, inclusive no próprio livro citado da Doutora Liz Greene, a respeito de outros países, mas acreditamos que realizamos a contribuição necessária para a finalidade desta dissertação acadêmica.

A consciência humana compreende o tempo como um fluir, em função da faculdade de memorização permitir lembrar as modificações que já não estão presentes, sendo capaz de fazer previsões, das possíveis modificações inteligíveis. Porém, se considerarmos o tempo uma ilusão da mente humana, e pensarmos o tempo como completo, infinito, imutável, eterno, e que com nossa percepção estamos compreendendo o tempo seqüencialmente como uma série interminável de cenas já prontas, e que nossa liberdade reside apenas em experimentar os sentimentos, as emoções, as delícias e as dores percebidas pelos sentidos, e se concluirmos mais rapidamente qual é o nosso caráter, ou seja, a nossa essência, conseguiremos seguir o destino confiantes, pois

não nos assustaremos com as escolhas de nossa vontade.

Aceitar a afirmação de que o livre arbítrio é uma ilusão do intelecto humano é abrir um novo cenário de discussão sobre ética, história, sociedade, etc., e efetivamente, sobre o próprio homem.

Encerramos nosso trabalho com um trecho do tratado de Schopenhauer sobre o Livre Arbítrio:

Concluindo: Todo homem apenas faz o que deseja e, portanto, age sempre de modo necessário. E a razão está no fato de que ele é já aquilo que quer: por que tudo que ele faz decorre naturalmente do que é.

(SCHOPENHAUER, p. 257).

Pós-Escrito

Os próximos textos não foram parte integrante do trabalho acadêmico gerador desta obra, mas acreditamos necessários para que o leitor perceba os caminhos percorridos pelo autor até a inspiração que o levou a elaborar este livro.

Durante sua infância e adolescência, na cidade de Vila Velha-ES, seguiu o desejo de ser astronauta, motivado por assistir aos 6 anos de idade a corrida de conquista do espaço, com a chegada do homem a Lua em 1969. Olhos fixados na tela da televisão com imagens em preto e branco, aquela criança em sua etapa final de fechamento do complexo de Édipo, via a possibilidade de ser um conquistador do universo.

Como consequência, colocou sua atenção para todo o saber ligado ao céu e a ciência, procurando nos livros comprados pelo seu pai, também ávido pelo saber e pelo conhecimento dos mistérios do universo, todas as informações que pudessem levá-lo ao seu sonho.

Dedicado aos estudos, nunca teve dificuldades nas matérias e seguiu seu caminho escolar sem atropelos, procurando adquirir equipamentos que o aproximasse das ciências, e assim, com um pequeno microscópio aos 10 anos de idade, aventurou-se no microcosmo, e após adquirir seu telescópio aos 16 anos de idade, aventurou-se no macrocosmo.

Tornou-se técnico em mecânica e um apaixonado por eletrônica. Entrou ainda com 14 anos no universo da informática, ministrando cursos e desenvolvendo softwares para diversas empresas. Ingressou na Universidade Federal do Espírito Santo aos 17 anos para cursar

Matemática, e no ano seguinte, Física.

Conheceu a Astrologia de forma mais sistemática na Universidade de Campinas, quando participava da reunião da SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Uma ONG apresentava conhecimentos alternativos, entre eles a Yoga, a Acupuntura, o Do-in e a Astrologia. Comprou livros sobre Do-in e Astrologia, e aventurou-se num mundo de conhecimentos completamente novo. Começava a compreender a lógica das relações humanas, e de sua organização associada ao macrocosmo.

Após uma série de greves de professores e alunos, das quais participou por ser um ativista social, acabou por solicitar sua transferência, na empresa que trabalhava como analista de sistemas, para a cidade de São Paulo, acreditando que estaria mais próximo do saber: doce ilusão. A vida turbulenta na metrópole não condizia com sua natureza introspectiva e, motivado pela gestação de sua filha, solicitou transferência para Manhuaçu-MG, para ficar mais próximo de sua família.

Retornou depois para sua cidade natal e não teve mais motivação para concluir seu curso de Matemática e Física, pois a informática já o havia conduzido para a vida profissional, e a Astrologia se tornara o principal objetivo de seus estudos.

Em 1988 entrou em contato com a Sociedade Teosófica, tornando-se parte de um grupo de estudos que tinha como principal foco os textos de Helena Blavatsky, que trouxe a tradição do ocultismo oriental para o ocidente. Esses estudos o levaram à sua investigação de que a ordem era absoluta, e que somos passageiros de uma história imutável, e que não podemos compreender racionalmente o sentido desta jornada, mas temos pistas que nos indicam o traçado estabelecido por esta Ordem, que se confunde com o Criador, ou como definimos, Deus.

Nos conhecimentos divulgados pela Sociedade Teosófica, existe a idéia de que o universo é dividido em planos, didaticamente definido

como: plano físico, plano astral, plano mental, plano búdico, plano átomico. Os mesmos textos afirmam que no plano búdico a noção de tempo se torna estacionária, onde o presente, o passado e o futuro são compreendidos como um todo já existente, e que no plano átomico, até a noção de espaço e tempo deixam de existir. Desta forma, o conhecimento ocultista trazido pela Blavatsky afirma que tudo já está definido pela Ordem.

Nos textos da mitologia greco-romana encontramos a citação das Fúrias (Latim: *Furiae*) ou Eríneas (Grego: *Erinyes*), que tinham como uma de suas funções, perturbar a mente dos sábios e videntes para que eles não vissem o futuro real, pois se não houvesse incerteza para os homens eles se comparariam aos deuses.

Podemos, portanto afirmar que os deuses olímpicos não poderiam deixar de ser o que eram, pois o deus da alegria tinha que ser alegre, o deus da seriedade sempre sério, o deus da bondade sempre bondoso, etc. Ou seja, não seriam livres para serem o que desejarem, da mesma forma com que os homens só se sentem livres devido a possibilidade de pensar inúmeras cenas de continuidade de seu futuro, não significando que há várias possibilidades. Se as Fúrias perturbavam a mente dos sábios e videntes para que não soubessem o futuro real, significa que os poetas que construíram o enredo mitológico, concebiam a hipótese do determinismo do tempo e do espaço.

Essas idéias foram se consolidando em seu raciocínio, corroboradas pela análise astrológica que fazia a cada dia da vida de seus clientes. Como seria possível interpretar a vida de qualquer pessoa, tendo apenas a data, hora e local de seu nascimento, utilizando a posição dos astros celestes do momento do nascimento, se já não existisse uma ordem pré-estabelecida para a jornada da pessoa, bem como de seu caráter. Seria impossível que um único mapa astrológico fosse capaz de ser interpretado de acordo com a vida de seu proprietário, se a liberdade fosse possível, pois não caberia a Ordem definir o que somos, mas ao acaso, e uma pessoa se relacionaria com outras, todas navegando ao

Matemática, e no ano seguinte, Física.

Conheceu a Astrologia de forma mais sistemática na Universidade de Campinas, quando participava da reunião da SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Uma ONG apresentava conhecimentos alternativos, entre eles a Yoga, a Acupuntura, o Do-in e a Astrologia. Comprou livros sobre Do-in e Astrologia, e aventurou-se num mundo de conhecimentos completamente novo. Começava a compreender a lógica das relações humanas, e de sua organização associada ao macrocosmo.

Após uma série de greves de professores e alunos, das quais participou por ser um ativista social, acabou por solicitar sua transferência, na empresa que trabalhava como analista de sistemas, para a cidade de São Paulo, acreditando que estaria mais próximo do saber: doce ilusão. A vida turbulenta na metrópole não condizia com sua natureza introspectiva e, motivado pela gestação de sua filha, solicitou transferência para Manhuaçu-MG, para ficar mais próximo de sua família.

Retornou depois para sua cidade natal e não teve mais motivação para concluir seu curso de Matemática e Física, pois a informática já o havia conduzido para a vida profissional, e a Astrologia se tornara o principal objetivo de seus estudos.

Em 1988 entrou em contato com a Sociedade Teosófica, tornando-se parte de um grupo de estudos que tinha como principal foco os textos de Helena Blavatsky, que trouxe a tradição do ocultismo oriental para o ocidente. Esses estudos o levaram à sua investigação de que a ordem era absoluta, e que somos passageiros de uma história imutável, e que não podemos compreender racionalmente o sentido desta jornada, mas temos pistas que nos indicam o traçado estabelecido por esta Ordem, que se confunde com o Criador, ou como definimos, Deus.

Nos conhecimentos divulgados pela Sociedade Teosófica, existe a idéia de que o universo é dividido em planos, didaticamente definido

como: plano físico, plano astral, plano mental, plano búdico, plano átomico. Os mesmos textos afirmam que no plano búdico a noção de tempo se torna estacionária, onde o presente, o passado e o futuro são compreendidos como um todo já existente, e que no plano átomico, até a noção de espaço e tempo deixam de existir. Desta forma, o conhecimento ocultista trazido pela Blavatsky afirma que tudo já está definido pela Ordem.

Nos textos da mitologia greco-romana encontramos a citação das Fúrias (Latim: *Furiae*) ou Eríneas (Grego: *Erinyes*), que tinham como uma de suas funções, perturbar a mente dos sábios e videntes para que eles não vissem o futuro real, pois se não houvesse incerteza para os homens eles se comparariam aos deuses.

Podemos, portanto afirmar que os deuses olímpicos não poderiam deixar de ser o que eram, pois o deus da alegria tinha que ser alegre, o deus da seriedade sempre sério, o deus da bondade sempre bondoso, etc. Ou seja, não seriam livres para serem o que desejarem, da mesma forma com que os homens só se sentem livres devido a possibilidade de pensar inúmeras cenas de continuidade de seu futuro, não significando que há várias possibilidades. Se as Fúrias perturbavam a mente dos sábios e videntes para que não soubessem o futuro real, significa que os poetas que construíram o enredo mitológico, concebiam a hipótese do determinismo do tempo e do espaço.

Essas idéias foram se consolidando em seu raciocínio, corroboradas pela análise astrológica que fazia a cada dia da vida de seus clientes. Como seria possível interpretar a vida de qualquer pessoa, tendo apenas a data, hora e local de seu nascimento, utilizando a posição dos astros celestes do momento do nascimento, se já não existisse uma ordem pré-estabelecida para a jornada da pessoa, bem como de seu caráter. Seria impossível que um único mapa astrológico fosse capaz de ser interpretado de acordo com a vida de seu proprietário, se a liberdade fosse possível, pois não caberia a Ordem definir o que somos, mas ao acaso, e uma pessoa se relacionaria com outras, todas navegando ao

acaso, e gerariam infinitos modelos de continuidade.

Não pretendemos desfiar uma enorme lista de interpretações precisas realizadas pelo autor, pois entraríamos na esfera pessoal de seus clientes, parente e amigos. Porém, um fato público pode ser aqui relatado, quando em 1993, as igrejas estavam vazias, poucas vocações sacerdotais despertavam no mundo, havia falta de sacerdotes para atender as paróquias, e muitos afirmavam que a religião estava falida. Em entrevistas de rádio e televisão, ele afirmava que com a entrada de Plutão no signo de Sagitário em 1995, iniciaria uma expansão da fé religiosa no mundo, emergindo do inconsciente coletivo, o que provocaria o surgimento de inúmeras correntes religiosas. Alertava que a igreja deveria se preparar para receber as inúmeras vocações sacerdotais que despontariam. Em 1996 os conventos já não conseguiam mais atender ao número crescente de jovens desejando a vida sacerdotal.

Quando saiu de uma entrevista em uma rádio, em 1993, o diretor da mesma perguntou se a Astrologia ajudaria a prever o tipo de programação que os ouvintes desejariam no futuro, e recebeu a seguinte resposta: a partir do início de 1995 comece a colocar na abertura dos programas alguma prece, ou música religiosa e verá como isso ativará o inconsciente de seus ouvintes.

Como resposta a sua sugestão, recebeu risos irônicos e uma afirmação que era impossível imaginar as rádios FM tocando músicas religiosas. Hoje, as rádios FM tocam músicas religiosas como padrão de sua programação, e inúmeras rádios religiosas despontam em audiência, superando as rádios não religiosas.

Nos últimos dias do ano 2000, uma diretora de programa de TV insistiu para que deixasse suas férias com a família em Regência-ES, para participar de um quadro sobre as previsões de 2001. Plutão chegaria ao grau 15 de Sagitário, e assim como iniciou uma guerra quando ele chegou ao grau 15 de Escorpião, em 1989, sugeriu que 2001 ficaria marcado como o início de uma guerra de cunho religioso,

onde pessoas estariam fazendo justiça com as próprias mãos, numa necessidade de afirmação de suas verdades religiosas. Em setembro o mundo ficaria estarecido com o atentado as torres gêmeas nos Estados Unidos.

Precisaríamos de uma eternidade para que o intelecto humano pudesse dar conta de compreender toda a ordem, mas é impressionante o que em poucos anos de estudos de Astrologia, qualquer pessoa pode compreender de sua vida e da vida dos que estão ao seu redor.

Mas não foi só a Astrologia que procurou para fundamentar seus estudos.

Absorvendo conhecimentos de outras áreas como: Psicologia, Psicanálise, Neurolinguística, Hipnose Clínica, Mitologia e Odontologia Sistêmica; desenvolveu dinâmicas e treinamentos com a finalidade de ampliação dos conhecimentos e valores sobre o ser humano, seu desenvolvimento psíquico e social, oferecendo instrumentos para o autoconhecimento, gerando reavaliação do comportamento pessoal, permitindo o entendimento e a compreensão dos outros.

Desenvolveu metodologias para identificação dos potenciais humanos, utilizando estas técnicas na seleção de lideranças, na orientação vocacional e consultorias pessoais.

Presta assessoria a diversas empresas, desenvolvendo as relações humanas, motivando equipes e proporcionando maior desempenho das estratégias empresariais.

Participou do programa Escrito nas Estrelas, numa rádio do E.S., atendendo diariamente os ouvintes, interpretando seus mapas astrológicos e ajudando a esclarecer certas etapas de suas vidas. Participou também de programa de TV onde apresentava o quadro Astrologia Empresarial, com a intenção de mostrar como a Astrologia pode ajudar no desempenho empresarial. Também foi correspondente de jornais, respondendo cartas na coluna Consultório Astrológico.

Mas seu maior desafio estava por vir. Era necessário afirmar a

Astrologia no universo acadêmico, como conhecimento digno de participar de pesquisas e de ser instrumento de fundamentação para investigações filosóficas.

Foi a orientação do filósofo e amigo Carlo Bussola, que na época avançava nos seus 70 anos de idade, que o fez ingressar no curso de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, como caminho necessário para inserir este tema tão pouco compreendido e estudado, antes porém, muito criticado e desprezado.

Durante os cinco anos que permaneceu na academia, enfrentou muitas barreiras de mestres e colegas, mas seguiu sua determinação, até que um anjo de candura, com mente aberta e o desejo afetuoso de cuidar de seus alunos, como uma boa canceriana, trouxe a chave para seguir com seu propósito. Após conceder uma hora de seu tempo para que ele interpretasse seu mapa natal, a Prof^ª Dr^ª Claudia, assumiu o trabalho de ajudá-lo nesta jornada, tornando-se a sua orientadora acadêmica no texto da monografia, que se tornou a base desta obra.

Criou e administra o site www.casalperfeito.com.br que presta o serviço de informar as pessoas que se cadastram, quais pessoas cadastradas do sexo oposto são compatíveis astrológicamente com elas, fazendo com que muitas pessoas possam vir a experimentar um relacionamento afetivo ou de amizade, seguindo um padrão diferenciado, que pode indicar uma escolha mais adequada ao crescimento do casal.

Esta obra passa a ser um importante documento para os estudiosos e defensores da Astrologia, visto que é um tratado filosófico com fundamentações acadêmicas, talvez o primeiro na academia de filosofia brasileira a tratar de forma consistente a defesa do determinismo, única possibilidade para sustentar o conhecimento astrológico.

Que o leitor possa experimentar o gozo de deixar seu intelecto aventurar-se por novos padrões de questionamento, para que possamos reorganizar nossas convicções e avançarmos em novos horizontes de compreensão da Infinita Ordem, a que chamamos Deus.

Entre o Microcosmo e o Macrocosmo

Os cientistas estão eufóricos com as descobertas do microcosmo, e se lançam para desvendar a sequência do código genético para poder manipular a vida.

Por outro lado, há os que estão eufóricos com as descobertas do macrocosmo e se lançam para desvendar os limites do universo em busca de explicações e de vida.

Como pode ser tão fácil para os amantes do DNA acreditar que ligações eletrônicas infinitamente microscópicas podem determinar os padrões de vida, sem perceber que as ligações infinitamente macroscópicas também influenciam os padrões de vida, e ainda podemos acreditar que são duas engrenagens sincronizadas em seu dinamismo de gerar vida e movimento, até porque, não se pode pensar em vida sem movimento, pois sem movimento seria morte.

Somos a ligação entre o microcosmo e o macrocosmo, somos o efeito da união destes espaço-tempos que consolidam o presente e que nos fazem perceber, pelo intelecto, o fluxo da vida.

Se uma ligação elétrica entre os átomos constituintes de um par que forma nossa escada do DNA é capaz de interferir em nossa característica física e, conseqüentemente, em nossa forma de apresentarmos no mundo, e desencadeando uma série de novas conseqüências: nosso padrão estético, nossa estrutura óssea, muscular, a absorção das informações exteriores através dos órgãos dos sentidos, etc.; então, se tivéssemos um único par químico diferente do que temos, seríamos outro, pois uma única modificação estrutural produziria outras adaptações. Pense em você com um nariz diferente,

ou a cor da sua pele, ou sua altura, ou a sua capacidade muscular, todas essas hipóteses faria de você outra pessoa, com experimentações diferentes das que experimentou. Como não teve essa alteração no seu DNA, você é o que é.

Os cientistas do macrocosmo afirmam que as distâncias entre os astros são incomensuráveis, ou seja, há mais vazio do que matéria. Por outro lado, os cientistas do microcosmo afirmam que as distâncias entre as partículas atômicas são imensas. Se desejarmos fazer uma maquete do menor átomo, ou seja, do Hidrogênio (H), que só possui um elétron em órbita do núcleo, de forma que o núcleo tenha a dimensão da Terra, seríamos obrigados a colocar o seu elétron girando a uma distância de aproximadamente 300.000.000 km, e ainda assim sua massa seria desprezível. A Lua possui sua órbita a somente 382.000 km, e sua massa é aproximadamente 1/81 da Terra, portanto não é desprezível. Portanto, se uma ligação entre os elétrons que forma sua seqüência de DNA fosse alterada no momento de sua concepção, você teria suas características físicas modificadas, e conseqüentemente, a sua vida seria totalmente diferente do que você a experimentou. O que podemos dizer então da posição dos astros durante a sua concepção? Será que as forças intensas de suas inter-relações não estavam sincronizadas com as ligações eletrônicas que construíram seu DNA?

No livro Espaço-Tempo e Além⁵¹, Fred Alan Wolf⁵², afirma que os cientistas do microcosmo chegaram a concepção de que no limite da matéria há partículas chamadas fótons (luz). Desta forma, o princípio da matéria no microcosmo seria um anel de luz, aprisionado em um campo gravitacional intenso, como um micro-buraco negro, pois os

cientistas do macrocosmo já identificaram que os macro-buracos negros aprisionam a luz.

Mas uma questão tem que ser resolvida teoricamente: os buracos negros do macrocosmo sugam a luz para seu interior, como será que os buracos negros do microcosmo não sugam a luz para o seu interior, ao invés disso, a luz fica girando infinitamente veloz, permanecendo em órbita em relação ao núcleo vazio?

A resposta foi idealizada pelo matemático australiano Roy P. Kerr, que desenvolveu uma equação para a idéia de um microcampo gravitacional rotacional, de tal forma, que se o campo gravitacional que atrai e captura a luz estiver girando em alta velocidade, fará com que a luz que foi capturada seja lançada por força centrífuga para fora, permanecendo em órbita como todos os astros e elétrons.

Esta unidade microscópica da matéria seria a formadora de tudo que concebemos como matéria. Uma quantidade infinita de anéis luminosos, girando a uma velocidade extremamente alta, promovendo um turbilhão de padrões de combinações, formando as subpartículas atômicas, os átomos, as moléculas, o DNA, as células, seu corpo, as montanhas, a chuva, o planeta, o macrocosmo.

É pelo menos encantador toda essa imaginação científica, mas é de estarrecer lermos na Doutrina Secreta de Helena Blavatsky, escrito em 1888, sua afirmação que o limite microscópico da matéria é uma espécie de “bolha de luz”, que chamou de *Koilon*, e que se atraem para formar todas as coisas.

Nós somos formados de vazio e de luz. É o que podemos deduzir de tudo isso. Se Deus, segundo o Gênesis bíblico, diante do vazio, disse: Haja luz; os cientistas estão de acordo com o texto sagrado dos cristãos ao afirmar que toda a matéria tem seu princípio na luz. Ou seja, a matéria surgiu do nada, do vazio, e se constituiu a partir da vontade, manifestada em forma de luz e, portanto, somos constituídos de vazio e luz.

Que um dia surjam cientistas que se aventurem na busca de

⁵¹ WOLF, Fred Alan e Bob Toben. **Espaço-Tempo e Além**: Rumo a uma explicação do inexplicável. Tradução de Hernan G. Andrade e Newton R. Eichenberg. São Paulo: Ed. São Cultrix, 1982.

⁵² Fred Alan Wolf, Ph.D., formou-se em física pela Universidade de Illinois (1957), especializou-se em física aplicada (1959) e tornou-se doutor em física teórica (1963) no UCLA. Dedicou-se a transmitir as idéias da ciência aos não-cientistas. Autor do livro *Taking the Quantum Leap - The New Physics for Nonscientists*.

compreensão da ordem através dos ciclos planetários que, provavelmente, os caldeus, tiveram um *fiat* (luz) de compreensão e deixaram seus tratados de Astrologia que chegaram até nós.

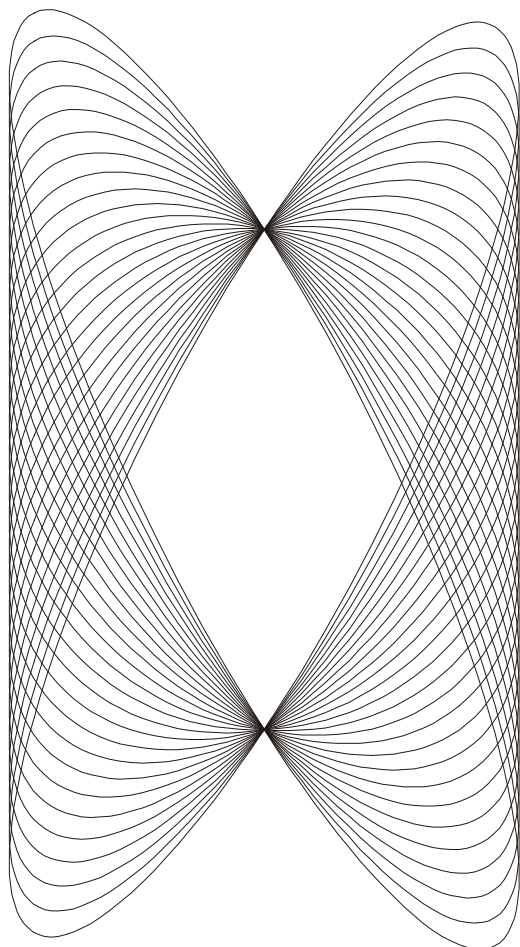
A Cobra Mordendo o Rabo

Se concebermos a idéia que tudo se formou ao acaso, que do caos surgiu a vida, conforme prega os adeptos do Big-Bang, a grande explosão, que de uma sopa de átomos surgiu os primeiros pares moleculares que deram origem ao DNA, e que o DNA começou a se copiar e se multiplicar, sempre produzindo uma cópia imperfeita de si mesmo, pois se não fosse assim, todos os seres vivos seriam idênticos ao primeiro ser composto de DNA, e que essa imperfeição foi gerando seres diferenciados, que se adaptaram ao meio em que viviam, sempre seguindo a idéia do caos, teremos que atribuir que o DNA é consciente, pois em sua diferenciação de erros sucessivos, acabou por constituir um ser vivo capaz de pensar o próprio DNA, e ainda poder manipulá-lo, promovendo a multiplicação de cópias modificadas, para gerar novos seres vivos, porém, previsíveis, ou pelo menos essa é a intenção.

O DNA tenta conduzir o ser criado por si próprio para manipular a si mesmo, não mais de forma aleatória. Se é que podemos chamar a jornada do DNA até a constituição de um ser vivo que compreende o próprio DNA, de jornada aleatória.

Podemos dizer que o DNA promoveu sua *arkhé* (do grego: arco, dobrar-se), ou seja, voltou-se para si mesmo, compreendendo sua própria existência e seu princípio gerador de vida, e pretende agora tomar conta de si mesmo, manipulando suas estruturas para gerar o ser perfeito.

Estamos diante de um paradoxo conhecido: o homem que deseja se tornar Deus!

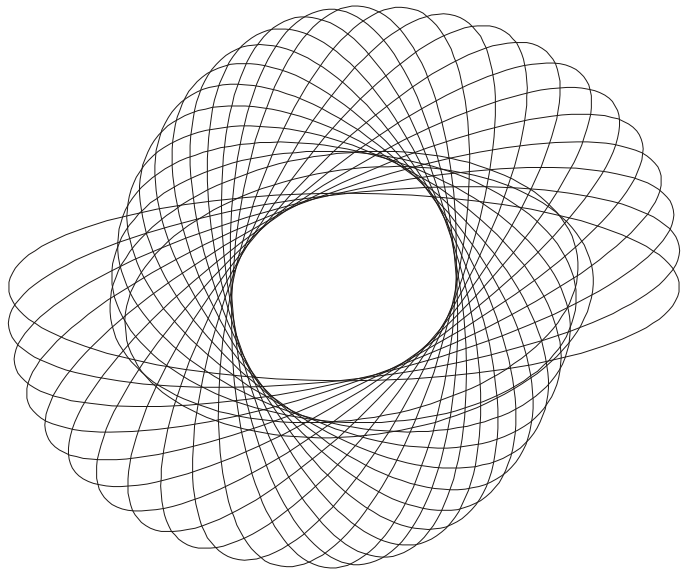


Referências

- 1 ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou.
- 2 ARISTÓTELES. **Organon**: periérmeneias. Ed. Guimarães, Coleção filosofia e ensaios.
- 3 ASTRODIENST, Liz Greene. Disponível em: <http://www.astro.com/people/greene_e.htm>. Acesso em: 24 mar 2003.
- 4 ATLAS Geográfico Mundial. 2. São Paulo: Folha da Manhã.
- 5 BRUGGER, Walter. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. 3. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1977.
- 6 GREENE, Liz. **Os planetas exteriores e seus ciclos**: a astrologia do coletivo. Tradução de Nazaré Abreu e Christianne Rossi. 10. São Paulo: Ed. Pensamento, 1995.
- 7 JIMÉNEZ, E. V., CASTAÑEDA, R. C., RODRIGUEZ, J. F. **Aristóteles “De Anima”**: Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de la Costa. Campus Puerto Vallarta. Disponível em: <<http://www.cuc.udg.mx/psicologia/DeAnima/deanima.html>>. Acesso em: 20 mar. 2003.
- 8 REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**: II. Platão a Aristóteles. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loiola, 1994.
- 9 SCHOPENHAUER, Arthur. **O Livre Arbítrio**. Os Grandes Clássicos da Literatura – Vol. III. São Paulo: Novo Horizonte.
- 10 TOURINHO, Lafayette. **História**: 8ª série. 1. São Paulo: Ediouro, 2002, Coleção Vamos navegar com @ história.
- 11 WDIC – Dicionário Eletrônico para Windows. Opção Informática. Belo Horizonte: 1993. Configuração mínima: PC 286, Windows 3.1.
- 12 KURY, Mario da Gama. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: 1990.
- 13 BLAVATSKY, Helena Petrovna. **A Doutrina Secreta**. São Paulo: ed. Pensamento.
- 14 WOLF, Fred Alan e Bob Toben. **Espaço-Tempo e Além**: Rumo a uma explicação do inexplicável. Tradução de Hernan G. Andrade e Newton R. Eichenberg. São Paulo: Ed. São Cultrix, 1982.
- 15 ASIMOV, Isaac. **Júpiter**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1983.

Anexos

Arthur Schopenhauer



Síntese. Arthur Schopenhauer (1788-1860), filósofo pessimista em sua visão do mundo, considerou a última e mais fundamental força da natureza a Vontade que se manifesta em cada ser no sentido da sua total realização e sobrevivência. Iniciou estudos de medicina na universidade de Gottingen, mudando depois para filosofia, na universidade de Berlim. Sua tese *Vierfach Wutzel der Zats uber zurechern Grund* (“Sobre a quádrupla raiz do princípio da razão suficiente”) foi escrita em 1813. O difícil convívio com sua mãe com certeza marcou sua personalidade, mas lhe permitiu conhecer intelectuais como Goethe (1749-1832), que freqüentavam sua casa em Weimar, centro da vida cultural alemã em sua época. *Die Welt als Wille and Vorstellung* (“O Mundo como vontade e representação”) apareceu em 1818. Com a herança recebida do pai pôde viver sua vida de solteiro com relativo conforto e inteiramente entregue ao seu trabalho intelectual.

Formação. Arthur Schopenhauer nasceu a 22 de fevereiro de 1788, em Gdansk, na Polônia, cidade que depois passaria à Prússia como Danzig, e voltaria a ser Gdansk após a Segunda Guerra Mundial. Sua mãe, Johanna, foi escritora, e seu pai, Heinrich Floris Schopenhauer, foi negociante e era um homem irascível e dominador. Quando em 1793 Dantzig passou à Prússia, a família mudou-se para Hamburgo.

Ao final de sua infância Schopenhauer viveu por perto de dois anos (1798/1800) no Havre de Grâce, França, em casa de um comerciante amigo de seu pai. No retorno a Hamburgo estudou em uma escola particular de comércio as doutrinas econômicas dos iluministas. A idéia era que ele continuasse as especulações financeiras do pai.

Com 15 anos acompanhou os pais em viagem pela Europa, em um giro contrário aos ponteiros do relógio: Bélgica, França, Suíça e Áustria. Seus biógrafos salientam que ficou impressionado com a prisão de Bagnó, em Toulon, na França, que reunia seis mil galés, um quadro de miséria humana que pode ter contribuído muito para o seu extremo pessimismo.

Passou à prática comercial, ao falecer seu pai em 1805. Este suicidou aos 58 anos, aparentemente por problemas mentais de fundo genético (sua progenitora havia morrido louca) e prejuízos financeiros. A mãe, viúva aos 38 anos, e a irmã do filósofo, foram para Weimar. Ele permaneceu em Hamburgo para cuidar de negócios e somente em maio de 1807 foi juntar-se à família em Weimar.

Em 1809 matriculou-se na escola de Medicina da Universidade de Göttingen. Porém desistiu da medicina e passou à filosofia e Letras (humanidades) no 2º semestre. Trocou Göttingen por Berlim no outono de 1811, e lá foi aluno de Fichte e de Friedrich Schleiermacher um dos pais da moderna teologia. Agradaram-lhe mais as aulas de Friedrich August Wolf. Estudou Platão e Kant e teve a influência de Gottlob Ernst Schultze, autor de *Aenesidemus*, crítico do kantismo.

Devido à guerra, deixa Berlim para viver em uma hospedaria em Rodolstadt. Termina sua tese “Vierfach Wutzel der Zats uber zurechern Grund (“Sobre a quadrupla raiz do princípio da razão suficiente) que apresenta na Universidade de Jena em 1813

Período em Weimar. Schopenhauer não aprovava a conduta da mãe e as relações entre os dois ficaram difíceis, quando ele se juntou à família em Weimar. Ele não quis morar sob o mesmo teto que ela e

ia à sua casa apenas quando ela dava recepções. Ainda assim as censuras e as acusações mútuas, ela dizia que ele era arrogante e presumido, e ele reprovava seu comportamento livre, levaram a uma ruptura definitiva entre mãe e filho. Uma pequena mostra dessa arrogância é muito citado: Schopenhauer teria dito que ela seria conhecida no futuro não pelo que ela escreveu, mas pelo fato de ter sido a mãe dele. Em uma de suas discussões a mãe o empurrou escada abaixo. No entanto, foi nas reuniões de que participou em casa de sua mãe que Schopenhauer conheceu as figuras mais importantes da cidade, inclusive Goethe, que podia levar consigo a amante Christiane, recusada em casa de seus outros amigos.

No inverno de 1813-1814 trabalhou com Goethe em um artigo sobre as cores, *Über des Sehen und die vorstellung* (“Sobre a visão e as cores”) apoiando as idéias de Goethe contra Newton, que seria publicado em 1816.

Além de Goethe, Schopenhauer conheceu em Weimar Johan Gottfried Herder, o clérigo então célebre por haver liderado o movimento *Sturm und Drang*; o discípulo de Herder, Friedrich Maier, que o introduziu na filosofia hindu, e ao poeta Christoph Martin Wieland, que publicava a prestigiosa revista literária “Mercúrio alemão”. Goethe reconhecia seu talento para a investigação filosófica. Também conheceu - e apaixonou-se por ela -, a cantora Karolina Jagemnn, amante do Duque Carlos Augusto, e inimiga de Goethe.

Em maio de 1814 rompeu definitivamente com sua mãe e foi viver em Dresden. Depois que deixou Weimar, nunca mais procurou por ela nos 24 anos que ela ainda viveu.

Período em Dresden. Schopenhauer haveria de passar alguns anos em Dresden. Lá colaborou ocasionalmente no periódico *Dresdener Abendzeitung* (“Jornal vespertino de Dresden”) e se tornou amigo do filósofo panteísta K G F Krause com o qual podia discutir filosofia oriental. Lá terminou seu artigo sobre as cores, iniciado com Goethe, e publicado em 1816, e esteve ligado a uma mulher.

Nos três anos seguintes escreveu sua obra principal *Die Welt als Wille and Vorstellung* (“O Mundo como vontade e representação”) que seria publicado em 1819.

A obra está dividida em quatro livros. O primeiro trata da teoria do conhecimento, iniciando-se por Kant, para quem o mundo só é conhecido em sua aparência, e pelos fenômenos que relacionam as coisas entre si.

No livro II, trata do homem, do sujeito que conhece os fenômenos, conhece a si mesmo externamente, mas não pode conhecer sua própria essência. No entanto o homem pode conhecer a Vontade, que é algo em si mesma, independente de aparências. E conclui que essa “coisa em si” é a essência e a força não apenas do homem mas de todo o universo, e sua permanente insatisfação a causa de todos os males.

Nos livros III e IV Schopenhauer desenvolve suas idéias sobre Ética e Estética. As artes permitem ao homem viver momentos em que está livre da Vontade. Classifica as artes segundo esse poder: Arquitetura é a menos capaz de dar essa liberdade, e a música é a mais libertadora de todas, ultrapassando a poesia. A superação definitiva da vontade, no entanto, tem por único caminho renunciar ao individualismo, compadecer-se do sofrimento alheio e viver como os gênios e os santos, uma vida de ascetismo e desprendimento.

Maturidade. Em 1819 Schopenhauer fez uma viagem à Itália. Em Veneza teve uma amante, chamada Teresa. Desta viagem ficou registrado um incidente: passeando com a amante, esta mostrou incontida admiração pela figura do poeta inglês Byron, que estava na cidade e passou pelo casal no cavalo a galope. Por ciúme Schopenhauer não procurou pelo poeta, para o qual tinha uma carta de apresentação de Goethe.

Publicou em 1820 *Aphorismen zur Lebensweisheit* (“Aforismos para a sabedoria da vida”).

Após sua viagem à Itália, em 1820, Schopenhauer fez concurso para professor da Universidade de Berlim. Hegel fez parte da banca

examinadora. Obteve o lugar na Universidade e começou uma competição com Hegel pelos alunos que pagariam seu salário. Conseguiu apenas nove estudantes. Ficou dois anos ligado à Universidade mas somente lecionou no 1º semestre do primeiro ano. Os estudantes preferiam as aulas de Hegel.

De índole beligerante e cheio de ressentimentos, a partir de então Schopenhauer combateu implacavelmente Hegel e seus colegas amigos daquele filósofo, inclusive Schelling e Fichte, chamando-os fanfarrões e charlatões, e atacou os professores de filosofia em geral no seu ensaio “Sobre a filosofia na universidade”. Depois de uma segunda viagem à Itália (1823 e 1824), foi por um ano professor em Munique. Traduziu então o “O oráculo manual”, do jesuíta espanhol Baltazar Gracián, cujo estilo autoritário e abundante em máximas morais ele admirava.

A partir de 1831 passou a residir em Frankfurt on Main.

Um biógrafo conta que Schopenhauer havia herdado uma participação na firma do pai e viveu com modesto conforto com a renda que isso lhe proporcionava. Investiu seu dinheiro com uma sabedoria que não condiz com um filósofo. Quando uma empresa da qual ele havia adquirido ações faliu, e os outros credores concordaram com um acerto na base de 70%, Schopenhauer lutou pelo pagamento integral, e ganhou. Ficou com o suficiente para alugar dois quartos numa pensão; ali viveu os últimos trinta anos de sua vida

Últimos anos. Sempre sustentado por rendas com origem na herança recebida do pai, quando não estava escrevendo despendia o tempo em observações no Museu de Ciências Naturais. Frequentava teatros e concertos, ocupava-se da leitura dos clássicos, de mestres espanhóis e literatos franceses, e mantinha pouco contacto social. Sem nenhum amigo, tinha por companheiro um cachorro, um pequeno *poodle* ao qual deu o nome de Átma (o termo brâmane para indicar a Alma do Mundo), mas os galhofeiros da cidade o chamavam de “Schopenhauer Júnior”. Caminhava solitário com seu cachorro e falava sozinho na rua, em seus passeios ao fim da tarde.

Jantava, em geral, no *Englischer Hof*. No início de cada refeição, colocava uma moeda de ouro sobre a mesa, à sua frente; e ao final tornava a colocar a moeda no bolso. Foi, sem dúvida, um garçom intrigado com esse gesto que lhe perguntou o significado daquela invariável cerimônia. Schopenhauer respondeu que era sua aposta silenciosa, com a promessa de depositar a moeda na caixa de coleta de esmolas no primeiro dia em que os oficiais ingleses que jantavam lá falassem sobre outra coisa qualquer que não fosse cavalos, mulheres ou cachorros.

Em 1836 publicou *Über der willen in der Natur* (“Sobre a vontade na natureza”), um complemento ao 2º livro do *Die Welt* buscando demonstrar que as descobertas das ciências naturais corroboravam sua teoria da vontade. No prefácio ataca Hegel e seus adeptos. No ano seguinte recebeu um prêmio da Sociedade de Ciências da Noruega pelo *Über die Freiheit des Menschlichen willens* (“Sobre a liberdade da vontade dos homens”), que depois foi publicado em 1839. Concorreu, mas perdeu, ao prêmio da sociedade de Ciências da Dinamarca com *Über des fundament der Moral* (“Sobre os fundamentos da Moral”) publicado em 1840, complemento ao 4º livro do *Die Welt*. Finalmente reuniu o 4º livro do *Die Welt* com o *Über des fundament* em um único *Die beiden grandproblem der Ethik* (“Os dois problemas fundamentais da Ética”) publicado em 1841.

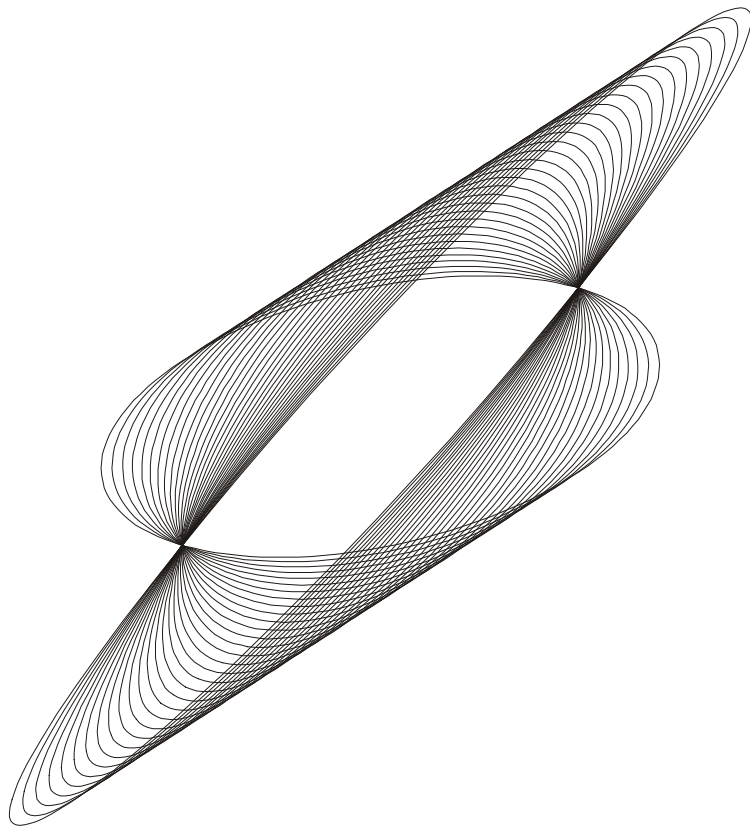
Teve alguns discípulos. Um deles, Julius Francenstadt, conseguiu que um editor de Berlim publicasse seu último livro, o qual fora rejeitado por três outros editores, o *Parerga und Paralipomena* (significa “Acessórios ou trabalhos menores” e “Remanescentes”), de 1851. O livro teve um inesperado sucesso e contribuiu para tornar o filósofo conhecido. Em 1853 John Oxenford, um crítico inglês, escreveu um artigo no *Westminster Review* contra Hegel usando elementos da filosofia de Schopenhauer o que contribuiu para sua fama.

Wagner lhe enviou “O Anel de Nibelung” em 1854, com a

dedicatória “com veneração e gratidão”. Nesta obra, uma tetralogia, o compositor alemão expressa seus fortes sentimentos pelo nacionalismo alemão, o socialismo internacional, a filosofia de Schopenhauer, o budismo e o cristianismo. Em Bhon e Breslau eram dadas aulas de sua filosofia. Foi comparado ao poeta pessimista italiano Conde Giacomo Leopardi, e recebeu a visita do dramaturgo Friedrich Hebbel e do estadista francês Foucher de Careil. Em 1858 a Academia Real de Ciências de Berlim ofereceu-lhe o título de membro, que ele recusou.

Em 1859 saiu a 3ª edição do *Die Welt*, em 1860 a 2ª edição do *Ethika*. Faleceu em 21 de setembro de 1860 de mal súbito.

Fonte: <<http://www.cobra.pages.nom.br/fcp-schopenhauer.html>> Acesso em: 28 mar 2003.



Aristóteles

Aristóteles nasceu em Estagira, no ano 384 ou 383 a.C., na Macedônia. Seu pai, Nicômaco, era médico e esteve a serviço do rei Amintas da Macedônia. Nicômaco morreu quando seu filho tinha sete anos. Aos 18 anos foi estudar na academia de Platão em Atenas. Ele permaneceu na academia por volta de 20. Quando chegou na academia em 366/365 Platão estava na Sicília, retornando para a Atenas em 360 a.C. Isso indica que já conheceu Aristóteles ambientado com as discussões filosóficas. Quando Platão morreu em 347 a.C., Aristóteles foi para Assos, na Ásia Menor, onde seu amigo Hérmiias ocupava cargo parecido com o que chamamos prefeito ou governador. Deduz-se que Hérmiias tenha referido sobre Aristóteles com o rei Felipe da Macedônia, que lhe confia a educação de seu filho Alexandre, que viria revolucionar a história grega. Casou-se com a sobrinha de Hérmiias e adotou sua filha Pythias quando ele foi capturado e executado pelos Persas em 345 a.C. Indo para Pella, a capital da Macedônia, dedicou-se a ensinar o filho do rei, que mais tarde seria chamado de “O Grande”. Em 335 a.C. quando Alexandre tornou-se rei, Aristóteles retornou para Atenas. Os historiadores acreditam que Aristóteles mantinha constante correspondência com Alexandre que se encontrava em campanha, influenciando nas decisões do grande estrategista militar. Em Atenas fundou sua escola, o Liceu, onde existia uma grande alameda, onde ele caminhava com os estudantes em conversas animadas sobre filosofia. *Perípatos*, em grego, significa “passeio”, e o resultado foi que sua escola se tornou conhecida como “Peripatética”. Com a morte de Alexandre em 323 a.C., violento

sentimento anti-Macedônico se desenvolveu em Atenas, e Aristóteles retirou-se para a fazenda da família na Calcídia. Ele morreu ali no ano seguinte, poucos meses após a morte de seu grande aluno, rei da Macedônia. Aristóteles fez uso regular dos diálogos de Platão nos primeiros anos de sua academia, mas ele nunca encontrou uma forma apropriada para isto. Passou pelo crivo de sua crítica os pensamentos do mestre, mas não deixou de ser influenciado por Platão.

A Pobreza da Filosofia

Esse título parece indicar menosprezo pela Filosofia, mas não é.

Ele foi inspirado em uma parte do texto “Nós e os Gregos” de Gilvan Fogel, que trata da relação da Filosofia com os pensadores gregos, da importância de se repensar, de se reviver o grego. Não como um ator que dá vida a um personagem histórico, mas como alguém que sente o que foi sentido, que resgata o sabor de um momento vivido, como se realmente estivesse o revivendo, e nesse momento percebe que está. Como aquela memória que invade vez por outra nossa mente, trazendo consigo não apenas a cena vivida mas todo um contexto sentido e nos retira do tempo real e nos remete a um tempo psicológico, onde o tempo existe como cronologia mas não como fluxo, e podemos gozar cada instante, repeti-lo infinitamente até sentirmos saciados deste gozo e aí, retornar ao tempo presente.

Seguindo esta percepção Gilvan Fogel avançou em seu discurso para valorizar o pensamento grego que se mistura com o nascimento da Filosofia, não se sabendo quem produziu quem, se os gregos pensaram e descobriram a Filosofia ou se a Filosofia tomou os gregos e os envolveu com sua doce sedução e fecundando-os, permitiu que expressassem pensamentos germinados pela essência da vida.

Mas há no discurso de Gilvan um toque de picardia, de ironia maliciosa, que falou alto ao meu coração. Ao falar da “pobreza da Filosofia” ele nos faz lembrar imediatamente dos sinônimos: “falta de recursos”, “escassez”, “penúria”, “miséria”; mas nos remete no mesmo instante para uma natureza mais alta, associando pobreza a “humildade”, “simplicidade”, “acessibilidade”, “beleza em seu estado puro, sem adornos”.

Absorvendo o sentido destes sinônimos e desejando comentar de forma semelhante o seu emprego, busquei algo que fosse tão simples e ao mesmo tempo tão complexo para desenvolver a noção do título escolhido para este comentário, e gradativamente fui tomado pelo desejo de expressar em forma de fábula, que parece ser acessível a todos devido a natureza simples das palavras que as constituem e ao mesmo tempo com a complexidade de significados que podem ser extraídos delas.

Sendo assim, vou narrar uma fábula desenvolvida por mim para justificar a utilização da palavra pobreza que batizou este discurso.



Era uma vez... - porque toda fábula começa assim - um homem que sonhava reunir todos os grandes inventores e descobridores do passado, para que eles pudessem ver o desenvolvimento de seus feitos nos dias atuais.

Um belo dia, quando estava debaixo de uma árvore no alto de uma colina, pensando em como organizaria o grande evento de seu sonho, caso fosse possível realizá-lo, surgiu diante de si uma luz e uma voz que parecia vir dela, falou.

_ Querido homem de bem! Tenho observado seu desejo contínuo durante toda sua vida, e percebo ser justo que se realize. Portanto prepare o evento conforme desejas e no momento certo estarão lá todos os grandes homens do passado que você convocar.

A luz se desfez e o homem saiu muito feliz, correndo colina abaixo para realizar o seu sonho.

Para não gerar gozações e ser considerado tolo, preparou um evento chamado: “O Avanço das Ciências”, convocando profissionais das mais diversas áreas do conhecimento humano, para apresentarem o avanço de suas ciências em relação ao ponto de partida de seus precursores.

Alugou um grande e belo ginásio, distribuiu convites e no dia marcado estavam lá, todos os representantes das ciências atuais de um lado da quadra, sentados em seus assentos, e do outro lado uma fileira de assentos vazios. O ginásio estava lotado com o público ansioso a espera dos que iriam ocupar os assentos vazios. De repente surgiu uma luz no centro do ginásio e anunciou.

_ Conforme prometi a esse homem justo, que sonhou anos a fio com este evento, trago do passado os homens que deram início às ciências aqui representadas.

E num piscar de olhos os assentos estavam ocupados pelas personalidades que deram partida ao que chamamos conhecimento da humanidade.

Com muita alegria no coração, o homem anunciou o início da reunião, solicitando que Thomas Edson fosse ao centro receber os avanços de sua invenção.

O responsável por demonstrar o avanço tecnológico do invento de Edson caminhou até o centro, orgulhoso, radiante de felicidade, empurrando um carrinho com vários objetos.

Edson ficou maravilhado ao ver a demonstração do representante de uma indústria de lâmpadas. Lâmpadas a vapor de sódio, a vapor de mercúrio, a gás néon, lâmpadas de vários formatos, lâmpadas com 10.000 horas de vida útil, geradores de raio laser, etc.

Depois foi a vez de Graham Bell receber de um orgulhoso representante da indústria de comunicações, um pequeno aparelho, que podia ser escondido na palma da mão, capaz de falar com pessoas em qualquer parte do mundo. Ligado com satélites, não necessitava de fios e não sofria interferência de montanhas ou obstáculos sólidos. Maravilhado ficou Graham Bell.

Assim passou o tempo, cada convocado recebia com felicidade e orgulho o resultado da evolução de seus feitos.

Até que chegou a vez do último convocado: Sócrates, representando os criadores da filosofia.

Caminhou até o centro do ginásio com um brilho nos olhos, esperando receber do representante da Filosofia moderna, a resposta a todas suas angústias, a explicação sobre a origem, a força motora do universo, a fonte geradora dos pensamentos.

O representante da Filosofia moderna foi até o centro levando consigo um belo livro, caminhava com semblante sereno, porém um pouco triste. Não demonstrava orgulho como todos os outros representantes da modernidade.

Sócrates observou o livro que seu sucessor trazia nas mãos, com a certeza de que ali encontraria todas as respostas às suas questões.

Trocaram cumprimentos.

O Filósofo moderno pegou o microfone sem fio e falou para toda multidão ouvir. Que tecnologia! O som era puro. Equipamentos de última geração eliminavam o eco produzido pelas paredes.

Todos esperavam por aquele momento. O que trazia de tão fantástico aquele livro?

_ Meu querido Sócrates, - falou o Filósofo para o Filósofo - este livro é um presente do meu tempo para você. Sabemos que você não quis deixar nada escrito, mas precisávamos perpetuar suas palavras e assim reorganizamos o conteúdo de seus discursos a partir dos fragmentos recuperados de escritos de vários autores de seu tempo, que fizeram citações às suas palavras e narraram passagens de sua vida. Suas palavras foram novamente impressas utilizando a mais alta tecnologia gráfica. Suas folhas são mais resistentes a umidade, ao mofo, até mesmo ao fogo. Desta forma acreditamos que suas palavras sejam preservadas por mais 2.600 anos. A encadernação é belíssima e traz uma foto holográfica de uma estátua sua, resgatada por arqueólogos em escavações na Grécia, sua terra natal.

O público acompanhava o discurso atento, não queria perder uma palavra sequer. O silêncio reinava absoluto rasgado apenas pelas palavras do Filósofo.

_ Não conseguimos avançar os seus questionamentos. Não

conseguimos descobrir a fonte geradora do pensamento. Não conseguimos descobrir se o fogo, a terra, o ar e a água, são verdadeiramente os elementos divinos que tudo constroem. Não conseguimos avançar na explicação dos fenômenos, nem provamos se há ou não, vida após a morte.

_ Vocês conseguiram mostrar que os Deuses Olímpicos não existiam, mas nós não conseguimos evitar que se criassem outros Olímpos, porém, agora não são os deuses que se parecem homens, mas são homens que são exaltados como deuses após suas mortes. Eles são cultuados como foram os deuses de seu tempo, são responsáveis pela proteção de cidades, profissões e cada um adota o seu próprio protetor pessoal.

_ Não impedimos que se criassem milhares de cultos, que colocam o homem contra o homem, que geram guerras seculares, que geram ódio sem sentido, apenas porque não fomos capazes de entender a origem da vida.

_ Muitos Filósofos modernos tentaram vestir suas idéias com palavras bonitas, criaram frases que se eternizaram, mas nenhum foi capaz de avançar em suas questões.

_ Você viu que todos os representantes das ciências modernas tiveram do que se orgulhar, do que mostrar, nós Filósofos, só temos suas obras para orgulharmos. Você que chegou prematuramente ao limite da questão humana, não deixando para nós um único passo a mais sequer. Temos que nos contentar em trilhar repetidamente seus passos, na esperança de um dia ultrapassarmos a barreira do limite que o impediu de avançar, mas com a sensação de ser isto impossível.

_ Assim entrego suas obras, o começo e o fim da Filosofia, e a certeza de que este livro é eterno e que todos que percorrem este caminho, sentirão o gozo que você sentiu ao tentar desvendar os véus que escondem a essência da vida, mas que deixam escapar lampejos de visão, que nos prendem a essa busca, como aprisiona os olhares dos espectadores, o vulto do corpo da dançarina, observado quando a

luz demonstra os contornos de suas belas formas por traz do fino tecido de suas roupas.

Assim, Sócrates abraçou o seu amigo e o convidou a retirarem-se dali, buscando um lugar tranqüilo para conversarem sobre a eterna busca.

Deixaram o ginásio, e o público em silêncio percebeu que a Filosofia nada tem a ver com as outras ciências, que ela é pobre de recursos, que ela não depende das outras ciências e que não tem o mesmo objetivo que elas.



Esta fábula constitui uma comparação com as ciências e a Filosofia, mostrando claramente que a Filosofia não tem objetivo comum em relação as outras, que não há um produto a evoluir, que os pensadores gregos chegaram em poucos séculos ao limite dos questionamentos que realmente importa a um filósofo.

Todas as ciências podem mostrar avanços, descobertas, pois possuem alvos. São alvos concretos que podem ser medidos e no fim de cada conquista podem ser estabelecido novas metas. A Filosofia não.

Não importa o quanto avança a ciência da luz, quanto objeto de iluminação, pois a luz, quanto origem de sua existência, continua sendo uma incógnita.

Não importa o quanto avança a ciência da comunicação, quanto ao transmitir o som de nossa voz, pois o discurso continua sendo incomunicável. O pensamento que gera a fala não é o mesmo pensamento que se constrói quando o outro ouve a fala, e não se sabe ainda a origem do pensamento, se é uma fonte única, se é eterna.

Não desejo dizer com isso que o filósofo está alheio ao avanço das ciências, que não se felicita com a tecnologia, ao invés disso quero dizer que o filósofo fica mais assombrado com a inesgotável fonte de

consciência, geradora do pensamento, que se torna por isso, mais desconhecida.

O único instrumento da Filosofia, equipamento único do filósofo, é o pensamento. Esta ferramenta desconhecida, que temos que nos aventurar a utilizá-la na esperança de compreendê-la enquanto a manuseamos. O pensamento, que é a base do avanço de todas as ciências, mas que os outros cientistas não estão interessados na ferramenta que utilizam, mas nos produtos que desenvolve com ela.

Assim o filósofo caminha na direção da origem do pensar e isto o remete a origem da Filosofia, o remete aos gregos. Pensar o que pensaram os gregos parece ser um caminho para se avançar na pesquisa sobre o pensamento, não como os atores repetindo um fato histórico para o público se entreter, mas como um solitário que experimenta o prazer de pensar o pensado correndo o risco de sentir o gozo de pensar o impensado, de atingir o inatingível, a consciência da fonte dos pensamentos.

Guardar os escritos dos pensadores gregos não nos garantirá atingir o impensado, mas permitirá dar uma pista para os que desejarem se aventurar a encontrar esse caminho.

Nenhuma ciência contribui para a Filosofia, não há possibilidade, pois possuem Norte diferentes. Ela está só nessa busca infinita de pensar a origem, e desta forma a Filosofia é rica.

Por isso temos que valorizar a riqueza contida na pobreza da Filosofia, pois só ela basta a si própria, só ela é partida de si própria, só ela é final de si própria.

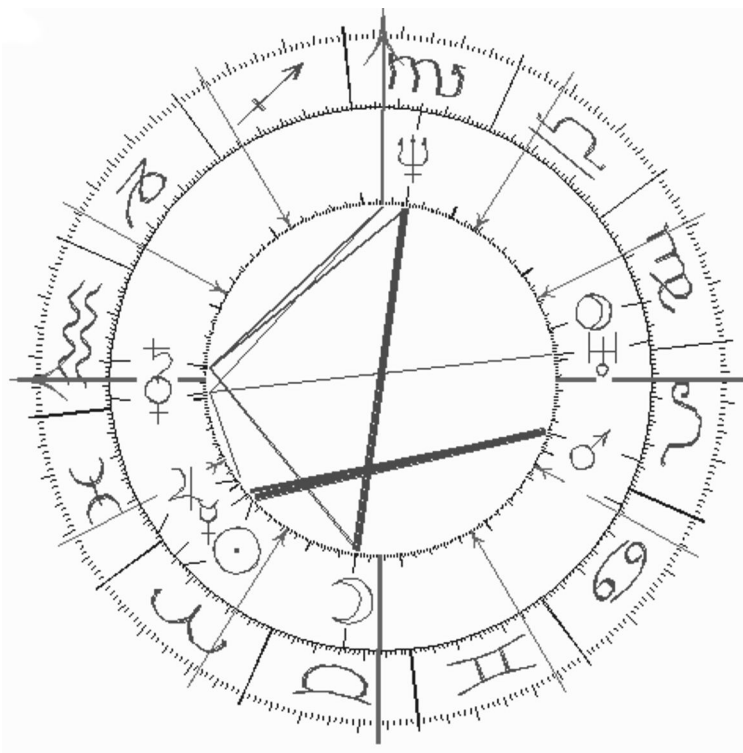
Todas as outras ciências podem se regozijar com seus avanços, mas só os filósofos atingiram a plenitude do limite intransponível, irremediável, do silêncio de não poder mais nada saber.

Sendo assim, viva os Gregos, que são início, meio e fim da Filosofia, que nos deixaram apenas o prazer de repetí-los, o que fazemos realmente com muito prazer.

Paulo Randow - 1998

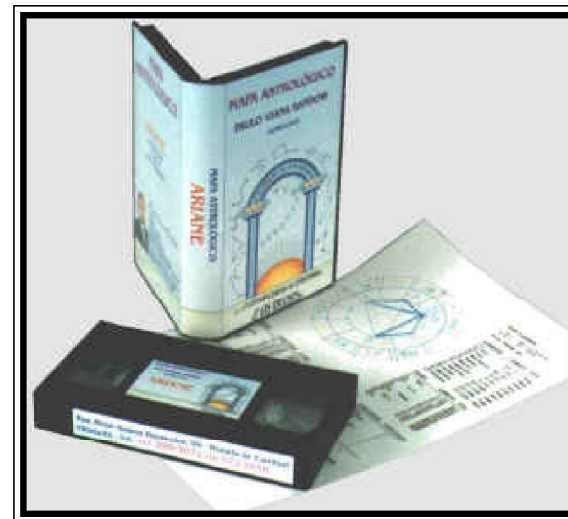
Conheça os fundamentos da Astrologia no site

www.paulorandow.com.br



Mapa Astrológico de Paulo Randow

Mapa Astrológico em Fita de Vídeo



**Astrólogo Paulo Randow
Bacharel em Filosofia**

O Mapa Astrológico em Fita de Vídeo é uma oportunidade para que você possa compreender sua vida, identificar seus potenciais, suas deficiências e conduzir sua vida com dignidade, não transferindo para os outros o que é fruto de sua própria personalidade, assumindo suas conquistas com a certeza de sua própria competência.

Com duração de 1 hora, este trabalho de interpretação de seu mapa em todos os detalhes permitirá o autoconhecimento e a compreensão de que a Astrologia não é uma ciência de adivinhação, antes porém, uma ciência interpretativa e matemática.

Você só precisa informar a data, hora e local do nascimento.

**Solicite o seu e viva a vida compreendendo
o plano do universo para você.**

Informações e Pedidos:

Tel.: (27) 99932-5791 ou E-mail: astrologo@paulorandow.com.br